

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**APRECIÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL ATRAVÉS DA ANÁLISE
DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA RELATIVAS À
COMERCIALIZAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO**

JOÃO PAULO GALATRO PERROTTA

No. de matrícula: 0116170

Orientador: Eliane Gottlieb

Novembro de 2005

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

Índice

▪ Capítulo 1 – Introdução	- 4 -
▪ Capítulo 2 – Cenário atual do comércio internacional	- 11 -
▪ Capítulo 3 – Um pouco da história recente do comércio internacional brasileiro	- 16 -
▪ Capítulo 4 – A força do “dragão chinês”	- 21 -
▪ Capítulo 5 – O Brasil e as exportações	- 25 -
▪ Capítulo 6 – As relações comerciais Brasil x China	- 27 -
▪ Capítulo 7 – A siderurgia no eixo Brasil-China e a importância do aço .-	- 38 -
▪ Capítulo 8 – O papel da Cia Vale do Rio Doce na economia brasileira ..-	- 41 -
▪ Capítulo 9 – A questão do minério de ferro exportado à China pela Vale -	- 44 -
-	
▪ Capítulo 10 – O futuro do comércio internacional e o posicionamento das economias brasileira e chinesa	- 51 -
▪ Capítulo 11 - Conclusão	- 55 -
▪ Bibliografia	- 58 -

Capítulo 1 – Introdução

Conjuntura internacional

Vivemos em um período da tão debatida globalização, caracterizada pelo aumento dos fluxos de comércio, globalização financeira, restrição do escopo de políticas públicas, crescimento dos países do Leste Asiático, como China e Índia, além das inúmeras e sucessivas inovações tecnológicas, entre outras determinantes.

Dada a conjuntura de globalização, podemos afirmar que o comércio internacional vem ganhando vulto no contexto da Nova Ordem Industrial estabelecida a partir dos anos 90, com destaque para a globalização que chamaremos de “industrial”, uma vez que a globalização financeira encontra-se em vias de conclusão. Ou seja, questões relativas ao câmbio e à baixa liquidez internacional, à agenda de fusões e aquisições, à criação de bancos múltiplos, bem como à sofisticação de instrumentos financeiros foram concluídos e podem ser considerados em fase de mero arremate.

Duas das características da globalização são a integração entre os mercados e o avanço tecnológico. A alta mobilidade internacional dos capitais (globalização financeira), objetivo alcançado por essa política, constitui a face visível do processo, mas seus resultados são contraditórios. Sob certas condições, a globalização amplia o financiamento às empresas dos países emergentes. Por outro lado, tornou-se fonte adicional de instabilidade em virtude das restrições do mercado à autonomia das políticas econômicas domésticas.

A globalização industrial, expressa basicamente por: (i) intensa abertura comercial; (ii) especialização de plantas – nova divisão do trabalho de produção industrial; (iii) mudanças tecnológicas (foco em TI) e organizacionais (papel das consultorias); (iv) tendências de *outsourcing* (decisões de terceirização de etapas da produção) e *assembling* (retenção das tarefas de produção mais nobres), pode ser posicionada, contudo, como em fase de desenvolvimento, o que significa que ainda há muito a ser aprimorado e inovado no que diz respeito à produção mundial de bens e serviços – o que contribuirá positivamente para o aquecimento das relações comerciais exteriores.

E nesse futuro repleto de tarefas a serem realizadas, o papel do comércio internacional ganhará relevância significativa, uma vez que a crescente tendência de criação de blocos econômicos bem como o comércio entre eles, pode ser de grande valia. Isso porque a abertura comercial pode possibilitar, por exemplo, o alcance de

ganhos de escala e conseqüente redução de custos, bem como proporcionar oportunidades para decisões de *outsourcing* eficientes, para citar outro exemplo, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento do país.

Relevância do tema escolhido

Uma vez exposto o atual panorama industrial mundial, foi feita a opção pelo tema relativo ao comércio exterior. A partir de pesquisas a respeito de recentes eventos relevantes ocorridos neste cenário relativos ao Brasil, a questão das negociações do preço do minério de ferro exportado pela Companhia Vale do Rio Doce à China mereceu destaque. A relevância do tema selecionado reside nas seguintes assertivas – baseadas em publicações de revistas, jornais e *websites* especializados em siderurgia:

- A China corresponde a mercado consumidor crescente e poderoso no âmbito do comércio internacional – principalmente no setor da siderurgia
- A China já declarou preferir a América Latina como parceira
- A CVRD ocupa o posto de maior produtora e exportadora mundial de minério de ferro – 20 a 25% do minério movimentado no mercado mundial; além de ser a terceira maior mineradora do mundo em valor de mercado (US\$ 38,2 bilhões)
- A importância do aço para o mundo
- Perspectiva positiva para o setor da siderurgia – destaque para a produção chinesa
- Recentes e freqüentes negociações comerciais sino-brasileiras destacadas pela imprensa
- Importância do comércio internacional para a projeção da economia brasileira no atual mercado globalizado e competitivo

Viabilidade do trabalho e metodologia utilizada

O método utilizado para a elaboração do projeto será uma pesquisa em livros direcionados à economia e ao comércio internacional, juntamente com revistas, periódicos e artigos de revistas indexadas e “*clippings*” que relatarem os acontecimentos e os desdobramentos relativos à relação comercial entre os emergentes Brasil e China.

No decorrer do projeto será realizada uma análise da conjuntura econômica mundial atual oferecendo especial atenção às questões relativas ao comércio internacional no intuito de identificar fatos relevantes que impactem nas transações comerciais desempenhadas pelos grandes *traders* mundiais. O fato de a questão das

recorrentes negociações que concernem o comércio de minério de ferro, principalmente destinado à produção de aço, entre Brasil e China frequentemente serem merecedoras de destaque na imprensa nacional fez com que o tema fosse eleito como objeto de análise do presente projeto.

Através da análise de certas decisões tomadas durante essas negociações comerciais mantidas entre duas potências em desenvolvimento – Brasil e China - que foi possível a elaboração de conclusões e constatações descritas ao longo desse projeto.

Porque fazer parte do comércio mundial

“O que leva os países a comercializarem entre si? Por que os países deveriam abrir suas economias para o comércio internacional?”¹

Variadas são as respostas possíveis para essas questões, porém as melhores defesas residem nas teorias do comércio internacional expostas a seguir.

▪ Teoria Clássica

Os economistas clássicos justificam o comércio internacional através do Princípio das Vantagens Comparativas. Essa teoria foi formulada por David Ricardo em 1817 através de um modelo contendo dois países, Inglaterra e Portugal, dois produtos, vinho e tecido e apenas mão-de-obra como fator de produção. Ricardo estabeleceu, portanto, que o Princípio das Vantagens Comparativas “sugere que cada país deve especializar-se na produção daquela mercadoria em que é relativamente mais eficiente (ou que tenha custo relativamente menor), que será, portanto, a mercadoria cuja produção implicar custo relativamente maior (cuja produção é relativamente menos eficiente). Deste modo, explica-se a especialização dos países na produção de bens diferentes, a partir da qual se concretiza o processo de troca entre países.”¹

Através de seus estudos, David Ricardo concluiu que “a Inglaterra deveria especializar-se na produção de tecidos, exportando-os e importando vinho de Portugal que se especializou em tal produção e passou a importar tecidos. Deste modo, supondo dada quantidade de recursos, um país poderá economizar tais recursos através do comércio internacional, reduzindo aquilo que comparativamente tiver vantagens relativas.

¹ Gremaud; Vasconcellos; Toneto. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo. Ed. Atlas. 4a Edição. 2002

A teoria desenvolvida por Ricardo, (...) constitui-se em forte argumento em favor da liberalização do comércio internacional e contra medidas protecionistas, dado que aponta para os benefícios desse comércio. Por outro lado, tal modelo, que pode ser estendido para um número maior de países ou de bens, também fornece uma explicação para o padrão comércio internacional, padrão este estabelecido a partir do lado da oferta dos países. Os países exportarão e se especializarão na produção dos bens cujo custo for comparativamente melhor (menor) em relação aos demais países. Assim, é a partir de diferenças tecnológicas relativas (que se manifestam em produtividades de trabalho relativamente diferentes ou em coeficientes de produção que relacionam a quantidade de trabalho ao nível de produção também diferentes) que existem trocas internacionais.”²

▪ **Corrente Estruturalista**

Surge em crítica à Teoria Clássica no que tange sua negligência quanto à evolução das estruturas de oferta e demanda e da relação de preço entre os produtos negociados no mercado internacional.

Para Raul Prebisch, maior representante dessa corrente, “a teoria das vantagens comparativas não leva em consideração a evolução da demanda à medida que as economias se desenvolvem e seu nível de renda cresce. (...)”

Assim, a longo prazo, existe tendência de deterioração dos termos de troca (da relação entre os preços dos produtos exportados e os preços dos produtos importados) do país produtor de vinho, pois a demanda por este produto não cresce tanto quanto a demanda por tecidos. Essa tendência de diminuição do preço do vinho em relação ao preço do tecido retira, à medida que o tempo passa, os ganhos do comércio internacional de Portugal. Assim, (...) a adoção de uma política de livre mercado por parte dos países que deveriam, segundo a teoria das vantagens comparativas, especializar-se e exportar produtos primários é prejudicial a longo prazo.”²

▪ **Teoria moderna do comércio internacional**

O fato de o modelo clássico supor que há apenas um fator de produção foge à realidade, portanto a incorporação do capital na função de produção dos países levou à constituição da Teoria moderna do comércio internacional. Seu modelo básico é o modelo de Heckscher-Ohlin, com contribuição de P. Samuelson, que ainda considera

² Gremaud; Vasconcellos; Toneto. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo. Ed. Atlas. 4a Edição. 2002

vantajoso um país se inserir no comércio internacional, contudo os países “geralmente tendem a exportar produtos que utilizam intensivamente o fator de produção que se encontra relativamente abundante no país e importam a mercadoria que utiliza intensivamente o fator de produção menos abundante no país.

Deste modo, ambas as teorias continuam justificando a liberalização do comércio mundial, pois a troca internacional eleva o produto das economias por meio da especialização da produção nos setores mais vantajosos em termos tecnológicos (teoria clássica) ou de dotação de fator (modelo Heckscher-Ohlin).”³

A teoria moderna “recebeu críticas em função de seu caráter estático e de algumas de suas premissas, consideradas por demais restritivas. Além de tais críticas teóricas, alguns testes empíricos chegaram a resultados considerados paradoxais em relação a esta teoria.”³

▪ **Nova teoria do comércio internacional**

Surge então a nova teoria do comércio internacional, onde o livre comércio continua sendo a melhor opção, porém com a retomada de idéias protecionistas em função da introdução de problemas relacionados à incerteza, economias de escala e estruturas de mercado não concorrenciais.

Autores como Paul Krugman e Staffan Linder complementam o modelo de Heckscher-Ohlin alegando que existe comércio entre países de igual dotação de recursos e a troca de produtos similares e não só entre países ricos e pobres – comércio intra-industrial.

Tal fato pode ocorrer devido a três motivos:

1. Economias de escala – países com idênticas dotações de fatores podem ganhar com o comércio entre si e obter ganhos através de rendimentos crescentes de escala.
2. Lado da demanda – quanto mais parecida a demanda dos países, ou seja, quanto mais próximo o nível de desenvolvimento dos países, mais fácil e maior é o comércio entre esses países.
3. Ciclo do produto – segundo explicação desenvolvida por Raymond Vernon, “países desenvolvidos têm vantagens comparativas naquilo que são pioneiros, onde conseguem introduzir inovações em função da qualificação de sua mão-de-

³ Gremaud; Vasconcellos; Toneto. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo. Ed. Atlas. 4a Edição. 2002

obra, de seus recursos em P&D e da estrutura de demanda que possuem. Com a difusão da demanda por tal produto internacionalmente, o país inovador passará a exportá-lo. A produção deste bem, entretanto, passa, ao longo do tempo, por forte padronização, fazendo com que a importância da qualificação da mão-de-obra e dos recursos em P&D em sua produção desapareça. Neste momento, sua produção pode mudar de país e situar-se em países menos desenvolvidos, que passariam então também a exportá-lo”.⁴

As teorias que defendem a abertura comercial consideram o mercado em concorrência perfeita, o que não se confirma na realidade, o que confere força às práticas protecionistas. Portanto, em uma economia aberta os investimentos nacionais em P&D se mostram insuficientes sendo necessário proteger alguns setores. Ainda nesse contexto, a possibilidade de rendimentos crescentes de escala pode proporcionar situações monopolísticas no comércio internacional.

Além da tradicional vantagem competitiva exposta pela teoria clássica, há outras vantagens da liberalização do comércio externo que podem ser enumeradas:

- a diversidade de opções de consumo valorizada pelo consumidor, trazendo ganhos de bem-estar;
- ganhos de eficiência decorrentes da concorrência, pois as empresas vêm-se obrigadas a adotar estrutura de custos mais enxutas e melhorar produtividade
- ganhos de escala provenientes do ajuste tecnológico das empresas reduzindo seus custos de produção

O Brasil e a abertura comercial

O Brasil, que em termos comerciais possui histórico agroexportador, passou pelo período de substituição de importações concomitante com a importação de máquinas e equipamentos necessários ao processo de industrialização, chegando inclusive a adotar práticas protecionistas a fim de promover a indústria nacional e tentar restabelecer o equilíbrio desejado ao Balanço de Pagamentos.

⁴ Gremaud; Vasconcellos; Toneto. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo. Ed. Atlas. 4a Edição. 2002

Com dificuldade de acompanhar a evolução tecnológica mundial do mundo globalizado, o Brasil sofre abertura comercial com a redução de tarifas à importação instituída pelo Governo Collor e com a constituição do Mercosul.

Na era FHC a abertura foi mantida em intensidades oscilantes, seguindo a conjuntura econômica do momento, com os seguintes objetivos:

- manter a estabilidade econômica vs. inflação;
- atender aos compromissos assumidos com o Mercosul;
- proteger-se de crises externas, como a mexicana e a asiática;
- proteger a indústria nacional.

“A abertura recente da economia brasileira trouxe benefícios inquestionáveis. Associada às políticas cambial e monetária (as “âncoras”), exerceu um papel decisivo no processo de estabilização, permitindo debelar uma inflação crônica. Paralelamente, implicou uma readequação das empresas nacionais, forçando os empresários a buscarem novas estratégias de atuação e obter ganhos de produtividade, através de melhoras tecnológicas e racionalização administrativas.

Finalmente, permitiu aos consumidores o acesso a uma infinidade de produtos antes inacessíveis.”⁵

Outra vantagem decorrente da abertura foi o fluxo de capitais privados investidos no Brasil, basicamente em função das altas taxas de juros, sem mencionar o benefício do acesso a um crédito internacional relativamente barato. Todavia, essa abertura financeira valorizou a taxa real de câmbio, o que potencializou os problemas sociais e industriais, mesmo tendo sido de extrema importância pra o combate à inflação. Além disso, a dependência criada em relação a esse capital e ao sistema financeiro internacional pode ser inconveniente ao passo que as crises nos demais países podem refletir na economia brasileira impedindo a continuidade de políticas econômicas internas. A rápida abertura pode ainda ter prejudicado os setores internos, que despreparados somaram conseqüências negativas aos problemas sociais implícitos nesse processo.⁵

⁵ Gremaud; Vasconcellos; Toneto. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo. Ed. Atlas. 4a Edição. 2002

Capítulo 2 – Cenário atual do comércio internacional

Maiores *players*

Em função da globalização e do conseqüente acirramento da competitividade entre os países no âmbito do comércio internacional, inaugurou-se a tendência de criação de blocos econômicos. De zonas de livre comércio a uniões econômicas, grandes países participantes ativos das transações comerciais internacionais uniram-se para fazer frente aos concorrentes. Adiante, segue como se deu a criação e como se encontra a composição desses blocos.

Vale ressaltar que, individualmente, potências como EUA e China, também exercem papel de vulto nas relações comerciais internacionais – geralmente grandes acordos são realizados intra-blocos, ao passo que, paralelamente ocorre a troca de bens e serviços entre países individualmente.

✦ União Européia

As raízes da União Européia residem na Segunda Guerra Mundial. Em 1950, o Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, propôs a integração das indústrias do carvão e do aço na Europa Ocidental. Deste projeto nasceu, em 1952, a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA) composta por seis membros: Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. A CECA constituiu um êxito tal que, os mesmos seis países decidiram ir mais longe e integrar outros setores das suas economias, culminando no Tratado de Maastricht, em 1992, o qual introduziu novas formas de cooperação entre os governos dos estados membros acabando por criar a União Européia (UE).

Neste mesmo ano, a UE introduziu uma moeda européia única gerida por um Banco Central Europeu. Essa moeda única, chamada Euro, tornou-se realidade a partir de janeiro de 2002, data em que as notas e moedas em Euros substituíram as moedas nacionais em doze dos então quinze países da UE: Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Portugal e Finlândia (os excetuados foram: Reino Unido, Suécia e Dinamarca).

Treze anos após ser criada oficialmente como fruto do Tratado de Maastricht, a União Européia acaba de entrar numa nova fase. Pode-se dizer que o bloco, composto atualmente por 25 países, passa por uma crise de identidade. Há fortes controvérsias, citando como exemplo o turbulento referendo na França que resultou na rejeição à

Constituição escrita pelo Parlamento europeu, que impõe um novo padrão de leis internacionais para a região em detrimento da soberania nacional de cada país integrante. A partir de agora, os europeus param para refletir sobre que tipo de integração querem para o bloco.

É inegável que o Mercado Comum Europeu trouxe muitos benefícios para a região. As taxas alfandegárias foram abolidas e as trocas comerciais cresceram significativamente. Basta dar uma olhada nos seus setores de produção para antever um efeito positivo: atualmente, o PIB da Europa gira em torno de US\$ 10.000 bilhões por ano (o mesmo valor dos Estados Unidos e seis vezes mais do que o PIB do Brasil). E as previsões para o futuro são otimistas.

Todavia a integração pode custar caro ao bloco europeu. O desemprego tornou-se um dos maiores inimigos da UE. É notoriamente árdua a tarefa centralizar a administração de um bloco de uma forma eficiente, tentando atender ao interesse de todos os participantes, considerando que a região possui uma clara desigualdade econômica. A título de exemplo, enquanto Londres tem um PIB per capita 315% maior do que a média da UE, o valor registrado na cidade de Lubelskie, na Polônia, equivale a 32% da média regional.

Esse momento de reflexão também inclui pensar na União Européia como parte de um mundo globalizado repleto de outras grandes potências, como Estados Unidos, China e Índia. É fácil concordar com o fato que uma das grandes aspirações da Europa é, um dia, poder fazer frente à soberania dos Estados Unidos.

A União Européia já percorreu um longo caminho. Uma Europa politicamente forte convém à paz mundial, já que funciona como contrapeso às pretensões unilateralistas dos Estados Unidos. A consecução do projeto da União Européia interessa tanto aos europeus como a não-europeus.

Mercado Comum do Sul - MERCOSUL

O Mercosul evoluiu a partir de um processo de aproximação econômica entre Brasil e Argentina, iniciado em meados dos anos 80, culminando, em julho de 1990, com a firma da Ata de Buenos Aires, que fixou para janeiro de 1995 a data do início da vigência de um mercado comum entre os dois países;

Em 26 de março de 1991 foi assinado o Tratado de Assunção entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai para a constituição do Mercado Comum do Sul – Mercosul.

O Mercosul é hoje uma realidade econômica de dimensões continentais. Somando uma área total de pouco menos de 12 milhões de quilômetros quadrados, o que corresponde a mais de quatro vezes a União Européia, o Mercosul representa um mercado potencial de 200 milhões de habitantes e um PIB acumulado de mais de 1 trilhão de dólares, o que o coloca entre as quatro maiores economias do mundo - atrás do Nafta, União Européia e Japão.

O Mercosul é hoje um dos principais pólos de atração de investimentos do mundo. As razões para este sucesso são diversas:

- o Mercosul é ao mesmo tempo a quarta economia mundial e a principal reserva de recursos naturais do planeta;
- suas reservas de energia estão entre as mais importantes, em especial as de minério e as hidroelétricas;
- sua rede de comunicações é desenvolvida e passa por constante processo de renovação;
- mais de dois milhões de quilômetros de estradas unem suas principais cidades.

No que diz respeito a grandes acordos comerciais, o Brasil realiza negociações em bloco, ou seja, dentro do Mercosul – o que pode não ser vantajoso para o país, dadas as disparidades das economias dos demais membros do bloco.

O Mercosul é hoje um *global trader* e, como tal, tem todo o interesse em manter um relacionamento externo amplo e variado. Seus quatro países membros têm se preocupado constantemente em manter uma inserção comercial global, sem privilegiar um ou outro país, a fim de garantir um escopo maior de atuação na cena internacional. Suas importações e exportações distribuem-se, de forma equilibrada, entre as diversas economias do mundo.

✦ **Área de Livre Comércio das Américas - ALCA**

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é uma proposta de integração comercial de todos os países das Américas, com exceção de Cuba, cujo principal objetivo é a eliminação das barreiras ao comércio e aos investimentos da região, visando facilitar o fluxo de bens e serviços na região, principalmente entre os países integrantes do NAFTA (EUA, México e Canadá) e do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai).

A criação da ALCA foi proposta, em 1990, pelo ex-presidente dos Estados Unidos George Bush, pai do atual presidente dos EUA. Os EUA defendem o acesso

facilitado a grandes mercados consumidores, como o Brasil, e o fortalecimento de sua influência política e comercial nas Américas.

✦ **Acordo de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA**

É uma área de livre comércio entre os Estados Unidos, o Canadá e o México. O objetivo se restringe a reduzir tarifas entre esses países. Não há proposta de integração política e econômica.

O NAFTA consolidou o intenso comércio regional no hemisfério norte do Continente Americano, beneficiando grandemente a economia mexicana, e apareceu como resposta à formação da Comunidade Européia, ajudando a enfrentar a concorrência representada pela economia japonesa e por este bloco econômico europeu.

Instituição reguladora das negociações comerciais mundiais – a OMC

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é a organização internacional que tem por funções principais facilitar a aplicação das regras de comércio internacional já acordadas internacionalmente e servir de foro para negociações de novas regras ou temas relacionados ao comércio. É responsável também pela solução de controvérsias em matéria de comércio internacional. Periodicamente revisa as políticas comerciais de cada um dos atuais 140 países membros. A OMC se baseia em princípios de comércio internacional desenvolvidos ao longo dos anos e consolidados em acordos comerciais estabelecidos em oito rodadas de negociações multilaterais no âmbito do GATT ("*General Agreement on Tariffs and Trade*"), das quais a mais abrangente foi a oitava, a chamada Rodada Uruguai, iniciada em 1986 e finalizada em 1993 (os acordos foram firmados em cerimônia em Marraquesh, no Marrocos, em abril de 1994). O objetivo definido para a OMC é garantir o cumprimento das normas que regulam o comércio internacional. Para tanto, procura assegurar que as referidas normas sejam estáveis, transparentes e equitativas.

A OMC foi criada em janeiro de 1995 como resultado das negociações da Rodada Uruguai (1986-1993) do GATT. Com novas estruturas, prerrogativas, funções e instrumentos, a OMC é sucessora do GATT, acordo estabelecido após a Segunda Guerra Mundial que nunca foi um organismo formalmente constituído.

O ingresso da China na OMC (2001)

Como um dos gigantes do comércio internacional, não era mais possível que a China se mantivesse à margem da Organização Mundial do Comércio.

Em entrevista ao *website* Panorama Brasil pelo Exmo. Sr. Wan Yongxiang, Embaixador da República Popular da China no Brasil, a respeito do efeito que o ingresso da China na OMC poderá trazer no relacionamento bilateral com o Brasil, tanto no campo político como no econômico, Yongxiang declarou que “depois de 15 anos das negociações difíceis, a China finalmente acolheu o momento histórico do seu ingresso na Organização Mundial do Comércio, o que simboliza a plena integração da China no sistema comercial internacional assim como a entrada na nova fase da abertura ao exterior da China. A China terá um grau de abertura ao exterior mais elevado e uma participação integral na cooperação econômica internacional, apresentando campos de cooperação ainda mais amplos aos membros da OMC, inclusive o Brasil. A China está disposta a continuar a fortalecer suas consultas e cooperações com o Brasil no âmbito da OMC e os demais foros multilaterais e damos boas vindas às empresas brasileiras que venham a fazer investimentos, procurar expansão e participar na competição justa na China. Estou convencido de que o ingresso da China na OMC propiciará novas oportunidades para ampliar campos de cooperação e aprofundar a parceria estratégica sino-brasileira e que a cooperação amistosa entre a China e o Brasil conhecerá certamente mais fortalecimento e para os dois países jogar um papel propulsor e positivo no sentido de promover em conjunto a estabilidade e desenvolvimento do mundo.”

Capítulo 3 – Um pouco da história recente do comércio internacional brasileiro

Comércio Externo Brasileiro - por Origem e Destino (1990 - 1998) em US\$ milhões

	1990		1993		1998	
	EXP	IMP	EXP	IMP	EXP	IMP
Países industrializados	21.383	12.499	21.578	15.344	26.687	33.457
- EUA	7.734	4.505	8.026	6.063	9.741	13.378
- Japão	2.349	1.612	2.313	1.519	2.202	3.253
- Europa	10.547	5.766	10.556	6.879	14.744	16.826
Países em desenvolv. - África	765	648	871	968	1.651	1.846
Países em desenvolv. - Ásia	2.921	717	3.853	1.520	3.411	5.579
- China	382	203	779	149	905	1.023
- Coreia do Sul	543	96	538	320	467	992
Países em desenvolv. - Europa	927	406	835	482	1.163	793
Países em desenvolv. - Oriente Médio	1.307	4.431	1.457	2.255	1.611	1.248
Países em desenvolv. - América Latina e Caribe	3.636	3.893	9.773	5.042	13.324	12.358
- Argentina	645	1.514	3.661	2.629	6.747	8.028
Outros Países	476	112	415	66	3.273	2.269
Total	31.415	22.706	38.782	25.677	51.120	57.550

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

O período de 1980 a 1998 compreendeu fases distintas no que se refere ao volume e ao perfil do comércio exterior brasileiro, durante as quais houve uma crescente integração internacional.

Na evolução do comércio exterior brasileiro, conforme tabela acima, observa-se que, a despeito período de 1990 a 1997, com leve declínio em 1998, os significativos saldos comerciais positivos foram retraídos a partir de 1992, até terem tido sua situação revertida em 1995.

Esta evolução das exportações e das importações refletiu em grande parte as direções assumidas ao longo do período pela política cambial e comercial, bem como por outros instrumentos de política econômica que afetam o comércio exterior. Durante a maior parte dos anos 80, superávits comerciais foram priorizados em função dos problemas com a dívida externa, o que se traduziu em precauções para que as taxas de

câmbio não fossem para trás em relação ao avanço da inflação. Ao mesmo tempo, as políticas protecionistas - tarifária e não tarifária - do período de industrialização foram preservadas.

Nos anos 90, a abertura econômica resultou em crescentes importações. A renegociação da dívida externa e a novidade do intenso fluxo de ingresso de capital de curto prazo fizeram com que os megasuperávits comerciais fossem deixados de ser considerados prioridade. A partir de 1994, a instituição do Plano Real passou a cumprir papel importante na política de combate à inflação, pressionando para baixo os preços dos bens comercializáveis.

Grande parte dos economistas considera ter ocorrido grande valorização cambial, em termos reais, no início da operação da “âncora” cambial. O conseqüente *boom* das importações brasileiras a partir de 1995, bem como a crise cambial no México no final de 1994, direcionou atenção para a questão da sustentabilidade da política cambial e comercial então em vigor.

De um lado, estavam economistas que identificaram uma incompatibilidade entre o crescimento econômico e a política cambial e comercial. O governo, obrigado a manter taxas de juros demasiadamente elevadas para manter a economia e as importações em baixa e para continuar atraindo investimentos de capital, estaria provocando uma indesejada expansão na dívida líquida do setor público. Esta cresceu de US\$ 153 bilhões ao final de 94 para US\$ 211 bilhões em dezembro de 95, e as despesas com juros saltaram de 3,8% do PIB em 94 para 5,4% em 95. Os encargos com juros assumiram uma trajetória alarmante.

Ao passo que outros especialistas do setor alegavam que reformas estruturais reduzindo o custo Brasil, em conjunto com taxas de juros locais menores, seriam suficientes para manter saldos comerciais em níveis satisfatórios, sem que fossem necessárias grandes alterações nas políticas cambial e comercial então vigentes.

Os fluxos de exportações e importações totais durante o período de 1980 a 1998 também sofreram mudanças relevantes. Os produtos básicos (minério de ferro, farelo de soja, soja em grão, café em grão, fumo em folhas, carne de frango, açúcar, carne bovina etc.), que compunham 42% da pauta de exportações em 1980, corresponderam a apenas 25,4% em 1998. Enquanto que os produtos manufaturados (automobilístico, suco de laranja, motores de pistão, bombas e compressores, pneumáticos, café solúvel, papel, motores e geradores, açúcar refinado, cigarros, móveis, produtos químicos, laminados

planos de ferro e aço, têxteis e calçados etc.) passaram de 45% para 57,5% no mesmo período.

Nas importações, o petróleo caiu do ápice de US\$ 10,6 bilhões em 1981 para US\$ 2,6 bilhões em 1995. O total de combustíveis e lubrificantes importados foi de US\$ 4,1 bilhões em 1998, baixando em relação aos US\$ 5,8 bilhões do ano anterior, em decorrência parcialmente da queda de seus preços internacionais.

O destaque é a crescente importação de produtos metal-mecânicos e eletroeletrônicos nos anos 90, correspondentes a bens de consumo durável e bens de capital. Em 1998 as compras externas de automóveis foram da ordem de US\$ 2,7 bilhões. A importação de bens de capital somou US\$ 16 bilhões em 1998, correspondentes a 27,9% da pauta, enquanto a aquisição externa de bens duráveis de consumo (exceto automóveis) foi de US\$ 2,5 bilhões - 4,4% da pauta. Matérias-primas e produtos intermediários constituem o maior grupo de importações: US\$ 26,7 bilhões em 1998, ou seja, 46,4% da pauta de importações.

A economia brasileira apresenta hoje uma situação em que, pelo lado das exportações, ramos de manufaturados e semimanufaturados intensivos em recursos naturais e energia apresentam forte competitividade e expansão. Houve redução na dependência em relação a produtos básicos, porém há uma crescente especialização de produtos industrializados com conteúdo tecnológico relativamente simplificado e pequeno valor agregado.

A abertura comercial, por outro lado, provocou a adoção de programas de racionalização pelas empresas nacionais, levando a um aumento de produtividade. A especialização em linhas de produto ou em segmentos da produção resultou em uma estrutura produtiva mais enxuta e competitiva. Não obstante, a importação de produtos elevou-se, tais como componentes ou insumos com maior conteúdo tecnológico, reforçando a tendência de especialização revelada nas exportações. Os escassos investimentos em capital fixo para modernização, expansão ou construção de novas plantas, refletem-se nos resultados da abertura comercial em termos de emprego, balanço de pagamentos e nível tecnológico insatisfatório das indústrias brasileiras.

O comércio exterior brasileiro também vem evoluindo de modo diferenciado por regiões da economia internacional. Por exemplo, a União Européia, o maior cliente regional do Brasil, ampliou recentemente suas compras de produtos básicos. Nos Estados Unidos, individualmente os calçados são o maior produto de exportação brasileira, concorrendo com fornecedores asiáticos, particularmente, China – um dos

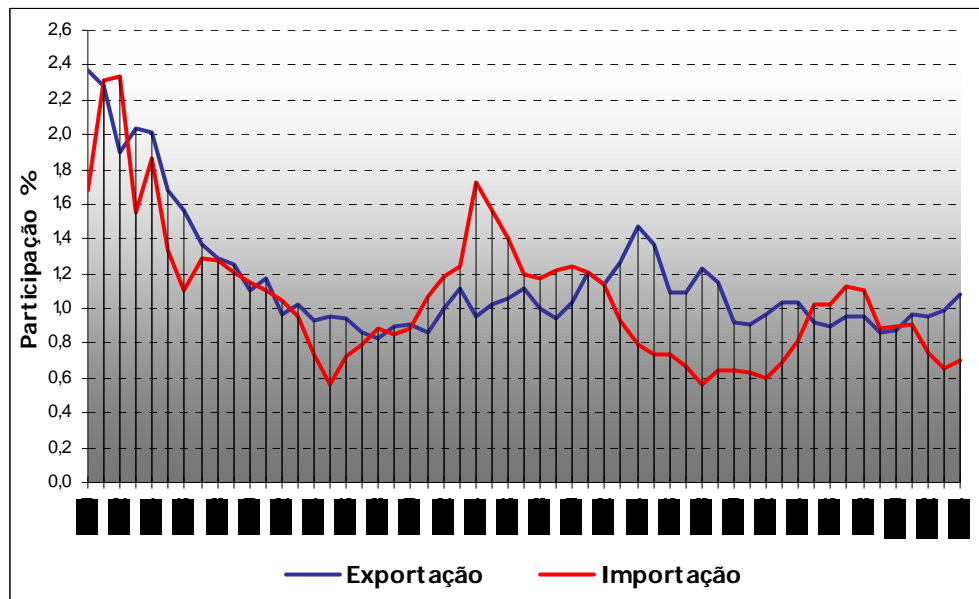
produtos responsáveis pela discussão a respeito da regulamentação de salvaguardas, a qual será discutida no Capítulo 6. A Ásia (Pacífico) e a Europa Oriental têm-se apresentado como mercados potenciais crescentes para óleo de soja, açúcar cristal, couros e peles, além dos já tradicionais de laranja e semimanufaturados de ferro e aço. Já no caso do Mercosul (vendas realizadas à Argentina, Paraguai e Uruguai), destacam-se as vendas brasileiras de veículos, autopeças e motores.

Destaque também deve ser dado ao comércio com os países em desenvolvimento da Ásia: as exportações do Brasil cresceram em 70%, enquanto as importações se ampliaram em 400%, entre 1990 e 1994. A proporção dessas economias asiáticas no volume do comércio brasileiro correspondeu a pouco mais de 10% em 1994, mas o ritmo de expansão denota sua provável relevância no futuro, com a retomada do crescimento na região após a crise financeira. Em 1998, durante o curso da crise asiática, as exportações brasileiras para a região corresponderam a 6,7% do total, enquanto 9,7% das importações tiveram aquela região como origem.

A análise do comércio exterior brasileiro revela uma crescente integração do país aos fluxos mundiais de comércio, ao quais podem proporcionar tanto oportunidades quanto desafios: por um lado, oferecem oportunidades de ampliação das escalas de produção, bem como acesso facilitado a equipamentos e tecnologias que estejam acompanhando a renovação tecnológica no exterior; por outro, estabelecem fortes desafios frente a fortes concorrentes no plano internacional, que podem vir a desmotivar os produtores nacionais.

O saldo final entre os estímulos e as restrições que o comércio colocará para o crescimento econômico dependerá das respostas em termos de investimento local pelos agentes privados e, conseqüentemente, do teor da capacidade que demonstrarem as políticas macroeconômicas e a política industrial para maximizar o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo comércio exterior.

No gráfico a seguir pode-se observar a participação percentual do Brasil nas exportações e importações mundiais no período compreendido entre 1950 e 2004:



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Capítulo 4 – A força do “dragão chinês”

Como se deu o crescimento da China

O caso do crescimento chinês tem um dos maiores destaques no mundo atual. O domínio deste país comunista no comércio internacional, que parte para liberalização econômica é algo que preocupa as demais economias, principalmente as de países em desenvolvimento.

A República Popular da China, desde o final da década de 1970, passa por reformas voltadas para o mercado e uma política de abertura. Essa atitude levou a um alto crescimento principalmente nas duas últimas décadas. Rapidamente o país foi se tornando uma economia de mercado, industrializada, passando a ter um grande e importante papel na economia e política mundial.

O crescimento chinês que se iniciou na década de 1950 era instável. Para melhorar as taxas de crescimento, na década de 1970 tiveram início as reformas econômicas, o que elevou o padrão de vida população seis vezes até a década de 1990 e com uma renda per capita de 7.540 Yuans (US\$4.000 em valores de 1997) em 2001 contra 119 Yuans (US\$40) na década de 1950.

A abertura comercial foi o que possibilitou o crescimento das exportações, a participação no mercado mundial, além de investimentos externos diretos. O governo chinês tem feito com que suas principais instituições financeiras estejam aparelhadas para a entrada de investidores estrangeiros, no intuito de preparar a liberalização da economia chinesa.

A fim de ilustrar o porte da economia chinesa:

- A China é o país mais populoso do mundo com 1,3 bilhão de habitantes.
- O país hoje detém o sétimo maior PIB do mundo, no montante de US\$1,4 trilhão.
- No primeiro trimestre de 2005, a China manteve seu crescimento anual de 9,5%, com o PIB que se mantém no mesmo nível do ano passado que foi o maior avanço nos últimos sete anos.
- A economia chinesa deverá crescer 8,9% em 2005, de acordo com as previsões dos economistas da Academia Chinesa das Ciências Sociais - instituição que aconselha o Governo de Pequim.
- O Earth Policy Institute, um centro de estudos que fica em Washington, divulgou que a China ocupa o primeiro lugar que pertencia aos Estados Unidos

no que diz respeito ao consumo de *commodities* agrícolas e industriais mundiais. Os principais produtos são grãos, carne, carvão e aço, sendo este último atribuído ao processo de urbanização.

Relacionamentos estratégicos com países ricos em recursos naturais como Brasil, Cazaquistão, Rússia, Indonésia e Austrália acontecem através de contratos de fornecimento de longo prazo para produtos como petróleo, gás natural, ferro, bauxita e madeira. Essas relações são benéficas não só para a China, mas para estes países que passam a ter um novo consumidor em concorrência com EUA. Os cinco maiores parceiros comerciais chineses são: Japão, EUA, União Européia, Hong Kong, e ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

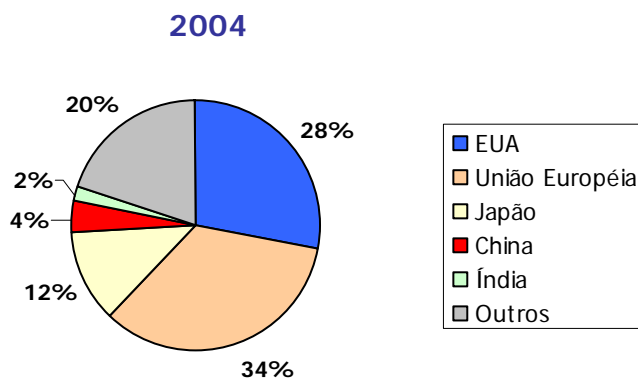
O Yuan, moeda chinesa, existia em regime de câmbio fixo, em que seu valor era mantido artificialmente desvalorizado em relação ao dólar. Isso ajudava na competitividade dos produtos chineses no mercado internacional, contudo, a mudança anunciada no final de julho de 2005 pelo governo dispões que o regime cambial passará a ser de bandas cambiais⁶.

Empresas de capital chinesas vêm adquirindo companhias estrangeiras ou parte delas, em áreas como extração de petróleo e tecnologia, o que pode ser interpretado como uma busca a novos conhecimentos. Outra preocupação decorrente destas aquisições, especialmente quanto a empresas de petróleo, concerne o controle deste recurso energético, que se conquistado, gerará impactos significativos nos preços no mercado. A principal atividade do capital chinês é a compra de *bonds* norte-americanos, e de empresas deste país.

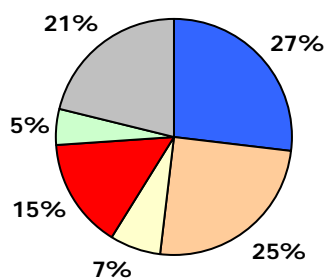
A fim de ilustrar o crescimento chinês, vale observar os dados abaixo publicados pela revista Veja, em 31 de agosto de 2005, na reportagem “China: o vôo do dragão, da miséria à riqueza”:

⁶ **Bandas de flutuação cambial:** as autoridades monetárias definem intervalos para os limites superior e inferior das oscilações na taxa de câmbio – definição disponibilizada pelo Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais - ICONE

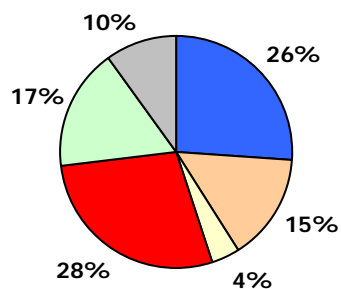
Em porcentagem do PIB Mundial:



Estimativa para 2025



Estimativa para 2050



Fonte: *Keystone Índia e BusinessWeek*

Futuro promissor?

A China, com história e cultura milenares, foi governada por dinastias imperiais até a revolução republicana de 1911. Entre 1920 e 1945, o Partido Nacionalista e o Partido Comunista tornaram-se aliados na luta contra a ocupação japonesa. Com a derrota do Japão em 1945, os dois grupos entraram em conflito, culminando com a derrota dos nacionalistas, que se refugiaram em Taiwan, e a vitória dos comunistas, que proclamaram a RPC em outubro de 1949.

Após três décadas de isolamento, êxito relativo e fracassos, a partir de 1978, a RPC iniciou um processo de abertura aos investimentos estrangeiros, facilidades para o desenvolvimento de uma economia de mercado e fortalecimento gradativo do setor privado. O êxito dessa política tem sido considerado um dos mais importantes acontecimentos da economia mundial nas últimas décadas. O ritmo de crescimento (9%

ao ano, em média), estabilidade, potencial e o ingresso na OMC – cujos impactos já foram mencionados neste projeto - têm contribuído para atrair grandes investimentos externos diretos; ao mesmo tempo, garantem a sobrevivência do Partido Comunista, sem grandes concessões na área política.

A China exibe grandes disparidades de renda e estilo de vida entre as populações relativamente ricas do leste e do sul e os habitantes pobres do norte e do oeste, assim como entre as populações urbana e rural. Estima-se que a renda média da população urbana estaria crescendo a uma taxa de 14% ao ano. Com esse ritmo, a renda média só alcançaria cerca de US\$ 5,000 em 13 anos. Mesmo assim um grande número de multinacionais tem se instalado na China, que apostam no seu potencial. Todavia, há correntes que acreditam que o mercado interno não será tão grande quanto se espera, podendo levar tempo para se desenvolver, sem mencionar a ameaça do avanço dos investidores de Taiwan, Hong Kong e de outras comunidades chinesas do exterior. Os empreendimentos multinacionais de origens não-chinesas de maior êxito têm sido aqueles que utilizam a China como plataforma para exportação, aproveitando a base manufatureira relativamente barata. Um dos desafios que o investidor enfrenta é a estrutura burocrática herdada da cultura imperial e ampliada pelo regime comunista – o que torna o domínio da cultura, do idioma e o relacionamento pessoal de extrema importância.

Alguns analistas argumentam que as perspectivas são positivas, tendo em vista que a China estaria interessada em assegurar uma fonte de abastecimento por longo prazo de alimentos e matérias-primas e o Brasil atenderia às condições chinesas. De fato, em visita recente ao Brasil o senhor Wang Jun, dirigente da estatal CITIC, declarou ao presidente Lula que sua organização estuda aplicar no Brasil até US\$ 5 bilhões em projetos de infra-estrutura. O objetivo seria facilitar o escoamento e as exportações de produtos primários e de *commodities* para a China. Embora os tempos e as condições sejam distintos, vale recordar a experiência com o Japão a partir dos anos 1970, quando o Brasil se transformou em fornecedor de matéria-prima e passou a importar produtos de alto valor agregado daquele país – o rumo tomado em relação à China parece estar sendo o mesmo.

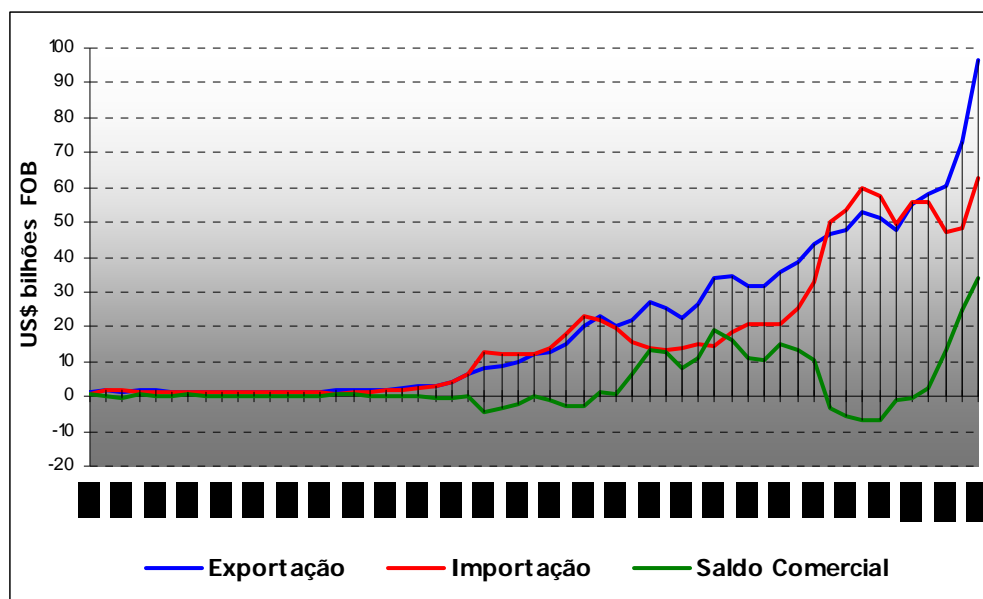
Capítulo 5 – O Brasil e as exportações

O crescimento das exportações brasileiras

Com a estabilização do câmbio advindo do Plano Real estabelecido pelo Governo FHC houve aumento significativo das importações - principalmente dos bens de consumo - tornando o saldo da Balança Comercial, então positivo, negativo.

Portanto, para financiar esse saldo negativo, havia a necessidade de entrada de capital estrangeiro no Brasil, o que de fato ocorreu em função da manutenção de elevada taxa de juros. Tal fato contribuiu para que grande volume de capital especulativo ingressasse no país, tornando a economia brasileira refém desse “financiamento”, o qual se manteve até o início do Governo Lula. Durante o governo atual houve um crescimento brutal das exportações, acompanhado da desvalorização cambial e a redução da taxa de juros a patamares ainda elevados quando em comparação com taxas aplicadas no resto do mundo – vide gráfico abaixo.

Balança Comercial Brasileira - 1950 a 2004 - US\$ bilhões FOB ⁷



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

⁷ FOB – Free on Board: “livre a bordo”. Termo utilizado em contrato de exportação. Valor FOB é o preço de venda da mercadoria acrescido de todas as despesas que o exportador fez até colocá-lo a bordo. – definição disponibilizada pelo Glossário de Crédito – CIESP.

Desde a significativa desvalorização do Real em 1998, as exportações vêm crescendo de forma admirável. Desde a grande indústria até o micro empresário estão exportando. O cenário favorável se deve basicamente a dois fatores: (i) o fato de que os produtos brasileiros estão adquirindo padrões internacionais de qualidade; (ii) com a desvalorização do Real os preços brasileiros ficaram significativamente competitivos.

Associando o cenário favorável à exportação e à tendência de abertura de comercial de mercados potenciais como o asiático, por exemplo, pode-se afirmar que as previsões para a participação brasileira no comércio internacional são otimistas.

Mesmo com a valorização do câmbio, as exportações brasileiras cresceram em 24% em valor nos oito primeiros meses do ano de 2005. Segundo a OMC, a taxa de aumento é bem superior à média mundial.

Para 2005, a OMC ainda constata que, diante da desaceleração do PIB mundial, o comércio também será impactado. Segundo a entidade, o crescimento do PIB mundial no primeiro trimestre foi de 2,6%, contra 3,5% em todo ano de 2004. Mesmo com a retomada do crescimento no Japão, a Europa continua fraca. No caso dos Estados Unidos, as exportações cresceram mais que importações no primeiro semestre. A desaceleração ainda deve ser refletida na Ásia e América do Sul, especificamente.

Além da desaceleração do PIB mundial, outro fator para os resultados de 2005 foi a redução das taxas de expansão do comércio, principalmente na Ásia e Europa. Ajustados ao câmbio, as exportações dos países ricos praticamente estiveram estagnadas no primeiro trimestre, mas se recuperaram entre abril e agosto. Na avaliação da OMC, porém, essa recuperação não deve ser mantida, diante da perspectiva de crescimento reduzido da economia européia e diante das incertezas em relação ao preço do petróleo.

O desempenho do Brasil é avaliado com atenção pela OMC desde o ano passado. Nos primeiros oito meses do ano, o aumento em termos nominais em exportações foi de 24%, contra um aumento de 23% no Chile e 15,7% na Argentina. A média da América do Sul, porém, foi de 27%, incentivada pelos ganhos da Venezuela com os preços do petróleo. Mesmo assim, a média da região foi inferior à de 2004, quando o aumento foi de 33%. Até este ano, o Brasil se mantinha na 25ª posição entre os maiores exportadores do mundo e entre os 29 maiores importadores.

Capítulo 6 – As relações comerciais Brasil x China

Segundo os dados estatísticos da Aduana chinesa, o total do comércio entre a China e o Brasil chegou, em 2003, a mais de 7,98 bilhões de dólares americanos, com um aumento de 78,7% relativo ao ano anterior. Deste total, a exportação corresponde a mais de 2,14 bilhões de dólares americanos e a importação, 5,84 bilhões de dólares americanos, o que significa o aumento de 46,3% e 94,6%, respectivamente, em comparação com o ano anterior. Os produtos exportados e importados pelas partes são adequados aos mercados de dois países que necessitam um de outro e se completam mutuamente. Interessam ao Brasil os produtos da China, tais como o carvão, o coque, produtos químicos, matérias-primas de medicamentos, diversos produtos da indústria têxtil e da indústria leve, maquinarias e produtos elétricos de baixo e médio nível. Em troca, a China tem uma procura maior dos vários produtos brasileiros, tais como as sementes oleosas, minérios de ferro, aço, máquinas e equipamentos, celulose, papel, fibra química, o óleo comestível.

A concentração da pauta de exportação para a China, segundo as mercadorias

Soja, minério de ferro, produtos siderúrgicos e óleo de soja, responderam por 67,54% das exportações brasileiras destinadas à China, em 2002, nas seguintes proporções⁸:

Produto	US\$ mil FOB	Participação %
sementes e frutos oleaginosos	822.595	32,81%
minérios, escórias e cinzas	605.397	24,15%
ferro fundido, ferro e aço	139.495	5,56%
gorduras, óleos e ceras animais e vegetais	125.756	5,02%
Outros	814.013	32,46%
TOTAL	2.507.256	100%

A China foi o principal país de destino das exportações brasileiras de soja, tendo essas operações representado 27,19% do total exportado, superando a Holanda (17,96%) e a Alemanha (10,17%). O mesmo ocorreu com as exportações de minério de ferro, que representaram 19,5% do total exportado, superando o Japão (13,73%) e a Alemanha (11,43%). Quanto ao óleo de soja, a China foi o terceiro país de destino, com

⁸ Dados extraídos do *website* oficial do Ministério das Relações Exteriores – www.mre.com.br

15,97% do total exportado, superada apenas pelo o Irã (28,99%), que foi o primeiro e a Índia (20,47%), o segundo.

As razões para a elevada concentração da pauta nesses produtos foram as seguintes:

(1) soja e óleo de soja - A soja e o óleo de soja são itens que fazem parte dos hábitos alimentares dos chineses, uma vez que são utilizados, respectivamente, na fabricação do "tofu", "shoyu" e do óleo de cozinha.

A entrada da China, um dos maiores importadores do complexo de soja, na OMC gerou mudanças significativas no mercado internacional de soja, uma vez que possibilitou-lhe um maior acesso ao mercado chinês e limitou os subsídios do governo chinês aos produtores domésticos.

A China resiste aos transgênicos, razão pela qual a sua preferência recaiu naturalmente sobre Brasil, onde os transgênicos eram proibidos em 2002. Apesar daquela proibição, a China exige, em acordos temporários, um certificado indicando que as remessas brasileiras de soja estejam a salvo do produto ilegal. Assim sendo, mesmo a recente liberação dos transgênicos pelas autoridades brasileiras não impedirá, a curto ou médio prazos, a contínua exportação de soja não-transgência para a China.

(2) minério de ferro - A demanda da China por matérias-primas como o minério de ferro decorre do fato de o seu modelo de crescimento econômico ser baseado no uso intensivo de tecnologia moderna e no baixo custo da mão-de-obra especializada. A questão do suprimento de minério de ferro para a China é muito importante, pois esse produto é usado na fabricação de aço, o qual possui intensa procura no país – o que será mais explorado nos dois capítulos seguintes.

Ocorre, porém, que o minério produzido pelas minas chinesas contém apenas 30% de teor de ferro, o que confere uma vantagem comparativa ao produto brasileiro no mercado chinês. A Cia. Vale do Rio Doce é a segunda no *ranking* de empresas com o mais baixo custo por tonelada (a primeira empresa é a Rio Tinto). Por outro lado, a qualidade do teor do minério de ferro brasileiro coloca a Cia. Vale do Rio Doce em primeiro lugar no *ranking* de empresa com o menor custo por unidade de ferro.

(3) produtos siderúrgicos - O crescimento econômico da China requer um enorme consumo de produtos derivados do aço, cuja demanda em 2001 alcançou 160 milhões de toneladas métricas. Por isso, a maioria das siderúrgicas estrangeiras dirigiu-se para o mercado da China, o maior comprador mundial, com importações de 25

milhões de toneladas métricas do produto. Os EUA são o segundo maior importador, com 23 milhões de toneladas métricas.

A concentração da pauta de exportação brasileira para a China, segundo as empresas

A concentração de produtos na pauta de exportação determina a concentração das empresas. Assim, as firmas que se tornaram as maiores exportadoras foram as que venderam soja, óleo de soja e minério de ferro para o mercado chinês.

Estão apresentadas abaixo as seis principais empresas que exportaram para a China em 2002, em ordem alfabética, as quais juntas correspondem a 40,75% das exportações brasileiras à China. Seus volumes individuais exportados superam o montante de US\$50 milhões, totalizando US\$1.021.691:

Empresas ⁹
ADM Exportadora e Importadora SA
Bunge Alimentos SA
Cargill Agrícola AS
Cia. Vale do Rio Doce
Minerações Brasileiras Reunidas SA
Samarco Mineração SA

- A Companhia Vale do Rio Doce é a maior produtora mundial de minério de ferro. Lidera o mercado transoceânico do produto com vendas de 164 milhões de toneladas, o equivalente a 29,4% do mercado global.
- A Bunge Alimentos S/A pertence ao grupo Bunge, que é o maior exportador mundial de soja para a China.
- A Cargill Agrícola S/A e ADM Exportadora e Importadora S/A são, respectivamente, subsidiárias dos grupos Cargill e Archer Daniels Midland, dois principais concorrentes da Bunge no mercado mundial de soja e óleo de soja.

⁹ Informações extraídas do *website* oficial do Ministério das Relações Exteriores – www.mre.com.br

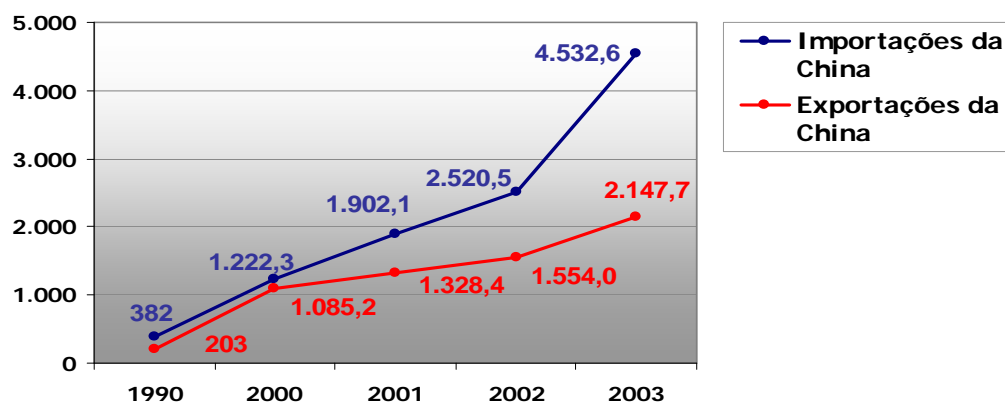
Conjuntura atual das relações comerciais sino-brasileiras

Atualmente se acredita que Brasil e China devem interagir entre si para obter uma entrada mutuamente vantajosa no mundo globalizado. Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1974, houve períodos de relativo afastamento. Atualmente o relacionamento entre os dois países caracteriza-se por clima de cordialidade e aproximação, tendo-se registrado um grande avanço em várias áreas. Na década de 1990 os ambos os países se esforçaram para promover a multi-polarização do poder mundial e fortalecer a cooperação entre países em desenvolvimento. Brasil e China trabalham visando à consolidação de uma parceria estratégica, o que tem impulsionado as relações bilaterais – todavia ainda há desafios a serem transpostos.

As trocas comerciais hoje são inferiores ao nível a que se poderia atingir, dada a dimensão dos dois países e do grau de sofisticação que estão ganhando as duas economias. O fortalecimento das relações sino-brasileiras poderá servir como propulsor do desenvolvimento, como um meio eficiente que ajudará a reforçar os papéis que exercem em seus respectivos continentes, criando assim pólos de liderança regional e reforçando suas posições no cenário internacional. A coincidência de pontos de vista no que diz respeito a temas da conjuntura internacional, deixa clara a importância da aliança estratégica entre os dois países. A entrada da China na OMC e a crescente abertura de sua economia representam novas perspectivas e novas oportunidades de cooperação. O dragão chinês é uma potência econômica com um mercado consumidor em expansão, com capacidade de absorver capitais e produtos em grande escala. O peso e a influência da China no Pacífico Asiático vem merecendo cada vez mais destaque. Como dois espaços geo-econômicos e culturais de grande dinamismo no mundo atual, Brasil e China têm muita experiência a trocar e muita sinergia a compartilhar.

O gráfico a seguir ilustra as crescentes relações comerciais entre Brasil e China nos últimos treze anos:

Comércio Brasil – China em US\$ milhões



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre a República Popular da China e o Brasil, as relações bilaterais em todas as áreas vêm desenvolvendo da maneira satisfatória e tiveram resultados profusos. Nos primeiros anos da década 90 passada, os líderes dos dois países chegaram ao consenso de estabelecer uma parceria estratégica duradoura, estável e de benefício mútuo. Desde então, as cooperações amistosas entre os dois países entraram numa nova época. As altas autoridades dos dois países trocaram visitas com frequência, o que aumentou o conhecimento e confiança mútuos.

Na área econômica e comercial, o Brasil já é o maior parceiro comercial da China na América Latina há vários anos consecutivos, e a China também se tornou um dos dez maiores mercados para a exportação brasileira. As cooperações econômicas e investimentos mútuos também vêm aumentando a cada ano.

Em recente visita ao Brasil, o presidente chinês Hu Jintao enfatizou que a China iria trabalhar junto com o Brasil para promover uma parceria estratégica e fortalecer as relações bilaterais, acrescentando que isto vem se desenvolvendo desde 1933 e que, no momento, somos o principal parceiro comercial na América Latina.

No entanto, no atual contexto internacional, paira a dúvida se o Brasil deve privilegiar essas relações, chegando a elevá-las ao nível de uma parceria estratégica, pois na comparação entre os dois países, verifica-se alguns contrastes, decorrentes de diversas diferenças, tanto históricas, estabelecidas por idiossincrasias residentes no processo de formação cultural, como conjunturais, de ordem econômica, política e social. Desta forma, a tarefa de consolidar essa parceria não parece ser tão factível. Acredito que Brasil e a China devem questionar suas capacidades de enfrentar e vencer

os desafios e as incertezas do novo século. Para contribuir para um resultado positivo, ambos devem extrair as melhores contribuições desse relacionamento privilegiado entre duas grandes potências – buscando inclusive tentar romper os hegemonismos e tornarem-se eles próprios protagonistas de um mundo multipolar. Por fim, uma decisão de extrema importância é a de eleger setores para priorizar e determinar que prazo estabelecer na construção dessa parceria, sem olvidar que o mundo globalizado é cada vez mais dinâmico e atroz.

Investimentos bilaterais

Investimentos chineses no Brasil

Segundo os dados fornecidos pelo Ministério do Comércio da China, até o final de 2002 a China havia estabelecido 67 *joint ventures* no Brasil, tendo investido cerca de US\$ 157 milhões. As empresas chinesas investiram principalmente em eletrodomésticos, telecomunicações, processamento de madeira, transportes e minerais.

As principais empresas chinesas que investiram no Brasil são:

- Baosteel Group - O Xangai Baosteel Group assinou acordos de cooperação com a Companhia Vale do Rio Doce em 13 de maio de 2001. Em 21 de agosto de 2001, a Baosteel investiu US\$ 18,9 milhões na Baovale, uma *joint venture* com a CVRD. A Baovale começou a operar em 11 de abril de 2002, e a capacidade anual de produção da empresa já é de 6 milhões de toneladas de minério de ferro de alta qualidade. A Baosteel está considerando a possibilidade de investir mais US\$ 100 milhões no Brasil.
- Gree - A Gree do Brasil abriu uma fábrica de condicionadores de ar em Manaus com investimentos da ordem de US\$ 40 milhões, US\$ 20 milhões dos quais provenientes da sede da Gree em Zhuhai, na província chinesa de Guandong, e o restante obtido por meio de empréstimos do BNDES e do BASA.
- Huawei - A Huawei, com sede em Shenzhen, na província chinesa de Guandong, decidiu investir US\$ 650 milhões no Brasil durante três anos para a produção de equipamentos de telecomunicações (infra-estrutura para telefonia celular).

Investimentos brasileiros na China

Segundo os dados fornecidos pelo Ministério do Comércio da China, até o final de 2002 o Brasil havia estabelecido 277 *joint ventures* na China, tendo sido investido um total de US\$ 247 milhões.

A relação bilateral tem crescido de forma expressiva nos últimos anos e no Brasil há a certeza de que há espaço para se expandir muito mais. Em 2003, a China pulou do quarto para o terceiro maior destino das exportações brasileiras, após passar parte do ano no segundo lugar. Perdeu apenas para os Estados Unidos e Argentina. O comércio bilateral cresceu 810% entre 1991 e 2001.

Apesar dos intensos investimentos bilaterais descritos anteriormente, em artigo publicado pelo Jornal Valor Econômico de 15 de setembro de 2005, o sucesso desses projetos não se mostra tão evidente no que se refere a projetos de infra-estrutura:

“Grandes projetos com a China não saem do papel”

“A expectativa de que a China se tornasse um importante parceiro do Brasil em projetos de infra-estrutura está se frustrando. Até agora, nenhum dos grandes acordos firmados em setores estratégicos como petróleo, gás, minério e soja se viabilizou. Apenas quatro, entre os maiores empreendimentos, representavam investimentos de quase US\$ 8 bilhões. Muitos deles foram discutidos durante a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Pequim, no ano passado.

Renato Amorim, secretário-executivo do Conselho Empresarial Brasil-China, reconhece que a lista de investimentos concretos dos chineses no país é pequena. Um dos projetos que não saiu do papel é a parceria da Sinopec com a Petrobras no Gasoduto do Nordeste (Gasene). Segundo Amorim, ela "está sendo reestudada devido ao preço do aço, que encarece muito o investimento". Ainda assim, a estatal brasileira afirma que o projeto estará pronto em 2008.

A Petrobras também praticamente sepultou a idéia de fazer uma associação com os chineses da mesma Sinopec para o ambicioso plano de construção de uma refinaria petroquímica de óleo pesado no Rio de Janeiro. Nesse projeto, estimado em US\$ 3 bilhões, o desencanto veio da área tecnológica. Os observadores da estatal que foram conhecer as instalações chinesas voltaram com a impressão de que, nessa área, o Brasil tem mais a ensinar do que a aprender.

Outro projeto ainda na gaveta é da Baosteel: uma siderúrgica a ser construída em São Luís, no Maranhão, em sociedade com a Companhia Vale do Rio Doce - um investimento de US\$ 2,4 bilhões. Já a construção de uma refinaria de alumina em Barcarena, no Pará, associação da Vale com a Aluminum Corporation of China Limited, está em fase de estudo de viabilidade. De acordo com a mineradora, os chineses são muito lentos em suas decisões de negócios.”

Possível ameaça

A América Latina não deve deixar de manter certa dose de receio de ser prejudicada pelo crescimento voraz da gigante China, pois este país asiático tende a se tornar concorrente do Brasil em vários setores; já é concorrente importante na produção e exportação de calçados, graças ao recrutamento no Brasil de mão-de-obra qualificada, de onde importa também o couro. A aproximação da China com os países da ASEAN com o objetivo de criar um bloco de livre comércio também merece reflexão, uma vez que alguns países da Ásia teriam condições de se tornar fornecedores de produtos agrícolas hoje importados do Brasil.

Os trechos a seguir, extraídos de reportagem publicada pela seção de Economia do Jornal O Globo, em 14 de setembro de 2005, intitulada “China 4 x 1 Brasil”, servem para ilustrar a superioridade do desempenho da economia chinesa em relação à brasileira:

“ (...) no mercado internacional, os brasileiros vão perdendo de goleada para os chineses. Por 4 x 1, para ser mais exato. O estudo “Comércio externo da China e efeitos sobre as exportações brasileiras”, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão da ONU, mostra que, entre 1996-1997 e 2001-2002, o Brasil perdeu para a China em quatro de cinco mercados analisados. As perdas estimadas chegam a US\$ 892,7 milhões. (...)”

Pelo levantamento da Cepal, os produtos brasileiros perderam espaço para os chineses nos Estados Unidos, na União Européia (EU), no Japão e na Ásia-Pacífico (Coreia do Sul, Hong Kong, Malásia, Indonésia, Filipinas e Cingapura). (...)”

O maior prejuízo de competitividade do Brasil foi no mercado americano. O documento mostra perda de US\$ 611,4 milhões, o que representa 6,3% do valor da média das exportações brasileiras para os EUA no biênio 2011-2002 frente a 1996-1997. O principal motivo é o baixo custo de mão-de-obra da China, que deixa mais baratos os produtos em relação aos brasileiros.”

Informações mais detalhadas podem ser verificadas no quadro abaixo:



É nessa vitória de “4 x 1” da China sobre o Brasil que residem as preocupações das indústrias nacionais que inauguraram a discussão a respeito das salvaguardas que o Brasil deveria adotar em relação a produtos chineses conforme exposto a seguir.

A questão das salvaguardas

Um assunto que esteve em pauta durante este ano relativo às importações de produtos chineses foi a cobrança do setor privado à regulamentação de salvaguardas contra as importações predatórias de bens de consumo da China - no processo de salvaguardas a punição para os produtos chineses é a aplicação de tarifas mais elevadas de importação no Brasil, ou adoção de cotas para a entrada de mercadorias no país. Os setores têxtil e de confecção, de calçados, de eletroeletrônicos e óptico se sentem ameaçados pela China. A decisão de adotar as salvaguardas foi anunciada há meses pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), mas a regulamentação ainda não aconteceu.

A aproximação com a China preocupa especialmente os empresários, principalmente após o Brasil ter anunciado que reconhece oficialmente a China como uma economia de mercado, reduzindo as margens de manobra para que o Brasil restrinja a entrada de produtos chineses com preços abaixo dos praticados pelo mercado.

Até meados de outubro deste ano, depois de regulamentadas as salvaguardas contra importação de produtos chineses concorrentes das mercadorias fabricadas no Brasil, apenas o setor têxtil iniciou, no Ministério do Desenvolvimento, os procedimentos formais para impor barreiras contra importados da China. A demora dos setores para a entrada de pedidos de salvaguardas contra os chineses é atribuída, pelos empresários, em parte, ao atraso do governo na divulgação da regulamentação para os processos. Outro motivo para a demora é a complexidade dos dados exigidos para comprovar danos ou ameaça de danos provocados pela concorrência da China.

Até o fim deste ano, pelo menos seis setores da indústria terão apresentado pedidos de salvaguardas, entre os mais de 20 que estudam a medida, calcula o gerente de comércio exterior da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Rafael Benke.

Alternativamente à regulamentação de salvaguardas elo Brasil em relação aos produtos chineses, houve tentativa por parte do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, de negociar junto ao ministro do Comércio da China, Bo Xilai em setembro deste ano um acordo de restrição voluntária das exportações chinesas para o Brasil, especialmente em setores mais atingidos pelas vendas da China. No entanto, conforme publicou o Jornal o Globo em 25 de setembro de 2005 “as negociações prometem ser mais complicadas do que se espera.” Ainda no mesmo artigo: “ (...) De acordo com fontes ligadas à missão, os representantes chineses não aceitaram a contraproposta brasileira à sugestão de restrições feita pelos chineses. E nem entre as empresas brasileiras que mantêm negócios com a China há consenso sobre a extensão da alardeada inundação de produtos chineses no mercado internacional.”

Ou seja, a polêmica questão das salvaguardas prenuncia render ainda negociações entre Brasil e China no que diz respeito a restrições à comercialização de produtos de ambos os países.

Breve reflexão a respeito da parceria comercial sino-brasileira

Em contraposição às ameaças identificadas pelo avanço chinês e aos projetos bilaterais emperrados, alguns trechos, que podemos chamar de otimistas, foram retirados de artigo publicado pela Revista Brasileira do Comércio Exterior – RBCE¹⁰: “(...) os dois países edificaram uma relação equilibrada e, em muitos e decisivos pontos da pauta internacional, bastante próxima. Na defesa da soberania e independência nacional, da integridade territorial, da não interferência nos assuntos internos de cada país e da defesa da estabilidade e segurança internacional, chineses e brasileiros têm se extremado na ação diplomática em organismos internacionais e nas ações bilaterais de cooperação e intercâmbio.

Esta aproximação entre os dois Estados se afirma em uma grande unidade de visões sobre vários itens da pauta mundial. Em todos os organismos internacionais o voto brasileiro e chinês é visto como uma posição de consenso para uma grande parte da comunidade dos estados e nações do mundo em desenvolvimento.

O diálogo e a cooperação entre os dois países cada vez mais adensa e aproxima os governantes e a sociedade brasileira e chinesa. E se desenvolve não apenas no plano político, mas também no campo científico e técnico, acadêmico e cultural.

A parceria Brasil-China diferencia-se das concertadas com outros países, na medida em que não se trata de construir apenas uma convivência pacífica, mas sim edificar uma nova ordem mundial baseada na igualdade entre as nações. (...)

Não há como negar que as idas e vindas, as oscilações da economia e a competição com os pesos pesados da economia global explicam parcialmente as dificuldades encontradas para elevar o relacionamento econômico entre os dois gigantes da economia em desenvolvimento. (...)

Nas condições que caracterizam a economia mundial e a interpenetração de fatores políticos, culturais, científico-técnicos e militares-estratégicos que dominam a cena internacional contemporânea, a parceria estratégica Brasil-China impõe a crescente aproximação e o maior conhecimento mútuo sino-brasileiro.

O diálogo intercivilizacional e a cooperação fará com que a relação sino-brasileira se transforme num dos pilares da ordem mundial multipolar pós hegemônica.”

¹⁰ Revista Brasileira do Comércio Exterior – RBCE – “Brasil-China: Desafios e Oportunidades no Século 21”, Severino Cabral - Professor pesquisador da Universidade Cândido Mendes e membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra.

Capítulo 7 – A siderurgia no eixo Brasil-China e a importância do aço

O importante papel do aço

“O aço transporta, constrói, emprega, traz divisas para o país, impulsiona o desenvolvimento, fortalece a independência econômica e melhora a qualidade de vida. O aço constantemente se renova. É leve, fino, maleável, forte, resistente e durável. O aço é totalmente reciclável e ambientalmente amigável. O aço é hoje o produto mais reciclável e mais reciclado do mundo.”¹¹

No atual estágio de desenvolvimento industrial, é impossível imaginar o mundo sem o uso de ferro fundido e aço. A produção de aço é um forte indicador do estágio de desenvolvimento econômico de um país. Seu consumo cresce proporcionalmente à construção de edifícios, execução de obras públicas, instalação de meios de comunicação e produção de equipamentos.

O aço brasileiro está presente nas indústrias que fabricam todos os produtos que não recebem diretamente nem um grama de aço. É o aço que manufatura o tecido, a madeira, o plástico, o papel, o couro, a borracha. O aço invisível gera um visível crescimento econômico.

Siderurgia no Brasil

Considerando o contexto global da siderurgia, destaca-se o potencial do país para absorver novos investimentos visando à ampliação da capacidade de produção. A participação do Brasil no mercado global ainda é acanhada, com 3% da produção global de aço bruto, apesar disso, as siderúrgicas brasileiras mantêm-se competitivas nesse mercado. Atualmente, o parque siderúrgico brasileiro concentra-se em poucas empresas, com capacidade de produção de cerca de 34 milhões de toneladas anuais, com destaque para a Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST, as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais –Usiminas/Cosipa, a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, o Grupo Gerdau e o Grupo Arcelor no Brasil.

A CST é líder mundial no mercado de placas de aço, registrando um dos mais baixos custos de produção de aço do mundo. A Usiminas produz aço semimanufaturado por um custo que é a metade do custo das aciarias norte-americanas. E o custo do produto acabado da CSN é 40% mais baixo que o das similares norte-americanas.

¹¹ Fonte: www.ibs.org.br

Dentre as causas da competitividade internacional do aço brasileiro destacam-se:

- o elevado teor de ferro do minério de ferro brasileiro;
- o carvão de alta qualidade importado da China sob o regime de *drawback*¹² ;
- os acordos de assistência técnica firmados com as maiores siderúrgicas mundiais, como a japonesa Nippon Steel Corporation;
- A redução de barreiras tarifárias decorrente da entrada da China na OMC é outro fator importante que contribui para a venda de produtos siderúrgicos brasileiros para o mercado chinês.

Siderurgia na China

A indústria siderúrgica mundial apresentou, nas últimas décadas, um desempenho em linha com o crescimento econômico global. Os investimentos em ampliação de capacidade seguiram uma linha coerente, permitindo o equilíbrio do balanço oferta-demanda, na maior parte do tempo, sem grandes flutuações de preços. Nos últimos cinco anos, o setor apresentou uma taxa média de crescimento da produção na ordem de 4,4% a.a.

A partir de 2001, com a desativação de parques industriais obsoletos e, principalmente, com o elevado crescimento da demanda de aço por países situados na Ásia, verificou-se certo descasamento entre a oferta e a demanda, refletindo em uma alta consistente dos preços dos produtos no mercado internacional. Em 2004, por exemplo, a China apresentou uma produção de 272 milhões de toneladas, o que novamente a posicionou como a maior produtora global de aço (26% da produção mundial) e a maior consumidora isolada. O forte desenvolvimento do mercado chinês foi somado à redução de produção de algumas regiões importantes, como América do Norte e alguns países da Europa.

O que se pode observar é que o deslocamento da produção siderúrgica de países desenvolvidos para países emergentes é uma tendência que vem se consolidando, dado que as plantas nestas regiões entraram em processo de obsolescência. Além disso, o controle ambiental em países da Europa é mais rígido e os custos de produção mais elevados, já que as grandes reservas de insumos para a siderurgia (minério de ferro, carvão etc.) encontram-se justamente em países emergentes, ou a faixa conhecida como

¹² **Drawback:** Regime especial aduaneiro pelo qual os impostos ou taxas cobrados de bens importados são devolvidos, total ou parcialmente, quando são bens importados – definição conforme www.instcut.org.br

Bric (Brasil, Rússia, Índia e China). Neste contexto, a China foi o país que mais sorveu investimentos para ampliar sua capacidade de produção siderúrgica.

A participação da China na produção asiática evoluiu de 40% em 1998 para 56% em 2004. Para situar a relevância da produção de aço da China no cenário internacional vale destacar que, em 2004, esta cresceu 23,2% em comparação a 2003, enquanto o resto do mundo apresentou evolução da ordem de 5%.

Alguns analistas consideram incerta a continuidade de crescimentos vigorosos do PIB chinês (8% em 2002, 9,1% em 2003, 9,5% em 2004 e no 1º trimestre de 2005 apresentou intenso crescimento, o que corresponde a uma taxa anual de 9,5%). Acredita-se que o Governo da China tome algumas medidas para manter taxas de crescimento alinhados a um plano estratégico de sustentabilidade de médio e longo prazos, permitindo assim taxas de evolução significativas nos próximos anos. Vale lembrar que a demanda de aço na China tem crescido 2,3 vezes o crescimento do seu PIB, explicando a forte evolução anual de sua demanda a uma taxa média anual de 19,8%, desde 2001.

Capítulo 8 – O papel da Cia Vale do Rio Doce na economia brasileira

A gigante e bem sucedida CVRD

“Hoje, a maior produtora e exportadora mundial de minério de ferro pertence ao Brasil. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) fornece entre 20% e 25% do minério movimentado no mercado mundial.”¹³

A Companhia Vale do Rio Doce é a maior empresa de mineração diversificada das Américas. Presente em 13 estados brasileiros e em cinco continentes, opera mais de 9 mil quilômetros de malha ferroviária e oito terminais portuários próprios.

Líder mundial no mercado de minério de ferro e pelotas, a CVRD é a segunda maior produtora integrada de manganês e ferroligas, além de maior prestadora de serviços de logística do Brasil. Maior exportadora global de minério de ferro e pelotas, comercializa seus produtos para indústrias siderúrgicas do mundo inteiro.

A Vale possui um amplo portfólio de produtos minerais. Além de ser uma das maiores exportadoras de minério de ferro e pelotas do mundo, é uma das principais produtoras globais de manganês e ferro-ligas. A Companhia também produz cobre, bauxita, potássio e caulim, e ainda tem projetos em andamento para a exploração de níquel.

“O destino de 20% do aço *made in Brazil*”¹⁴

“A China consolidou este ano (2004) posição de principal destino das exportações brasileiras de aço, seguindo a trajetória de liderança iniciada em outubro de 2003. Com isso, a China desbancou a presença dos Estados Unidos, que tradicionalmente colocava-se como maior importador de produtos siderúrgicos do Brasil.

No período de janeiro a março de 2004, as exportações brasileiras de produtos siderúrgicos para a China atingiram 572 mil toneladas, no valor de quase US\$ 200 milhões. Assim, o mercado chinês respondeu, no primeiro trimestre de 2004, por 20%, em valor, do total das vendas externas de aço do Brasil. Em 2003, essa participação havia sido de 17%.

¹³ Fonte: www.aesetorial.com.br

¹⁴ Artigo extraído do Relatório Estratégico – Potencial de Comércio e Investimentos – Brasil-China – de maio de 2004

Impulsionadas pelo peso da China, as exportações de aço *made in Brazil* para a Ásia, no montante de US\$ 455,5 milhões (equivalentes a 1,53 milhões de toneladas), representaram 46% do total embarcado pelo País ao exterior em janeiro/março último, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

Enquanto isso, a participação da América do Norte (excluindo-se o México), segundo maior bloco econômico importador de aço do Brasil, caiu de 22%, no ano passado, para 17,2% no primeiro trimestre de 2004.

Com crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de 7% ao ano nos últimos anos, a China vem ampliando suas compras de insumos e matérias-primas no Brasil. Já é, individualmente, a maior compradora também de soja (com aquisições de cerca de US\$ 1,5 bilhão em 2003) e de minério de ferro brasileiros (US\$ 760 milhões no ano passado). O presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) — a maior produtora e exportadora de minério de ferro do mundo, com 33% do mercado transoceânico de minério —, Roger Agnelli, acredita que a demanda chinesa permanecerá forte também em 2004. “Continuará puxando as vendas da Vale”, afirma ele, que tem na China seu maior mercado. Estima-se que o mercado transoceânico de minério de ferro (de 537 milhões de toneladas em 2003) cresça 7,1% em 2004. A China deve contribuir com 71% do aumento.

Relatório da Vale observa que o consumo mundial e o preço do aço estão em forte expansão, influenciando a demanda por minério de ferro e de manganês. As estimativas de mercado são de crescimento de 5,8% no consumo mundial de aço em 2004, com a China respondendo por 64% do aumento.

Os semi-acabados de aço (placas) e os laminados planos dominam a relação de siderúrgicos brasileiros importados pela China. O país asiático, um dos maiores produtores de aço do mundo, com processamento de cerca de 110 milhões de toneladas anuais de siderúrgicos, é também um dos maiores consumidores mundiais de siderúrgicos, com importações totais de cerca de 30 milhões de toneladas de aço por ano, equivalentes à totalidade da capacidade de produção do parque siderúrgico brasileiro. As projeções de demanda chinesa de aço até 2010 são de 300 milhões de toneladas, ante as atuais 140 milhões de toneladas anuais.

Os negócios da CVRD com a China vão desde o contrato de longo prazo para o fornecimento de minério de ferro para a Baosteel, até a parceria das duas empresas para a construção de usina uma siderúrgica no Maranhão.”

A importância para o país

Os ganhos da Companhia Vale do Rio Doce tiveram expressivo crescimento em 2004, sobretudo em razão do aquecimento da demanda externa. O minério de ferro brasileiro se destaca mundialmente pela qualidade, o que favorece a consolidação internacional da Vale, a segunda maior exportadora do país.

Entre os principais mercados onde a companhia atua estão França, Coréia e a China. O contrato firmado com a maior produtora de aço chinesa, a Shanghai Baosteel Group Corporation, garante o fornecimento de minério de ferro para o país mais populoso até 2010. Também em parceria, as duas empresas estudam a viabilidade da implementação de uma *joint venture* para construir e operar uma planta siderúrgica integrada em São Luís, Estado do Maranhão, com de vista de produzir de cerca de 3,7 milhões de toneladas por ano de placas de aço. O projeto também considera a possibilidade de uma expansão de capacidade futura para 7,5 milhões de toneladas de placas de aço por ano, o que pode vir a se tornar o maior investimento na indústria siderúrgica brasileira em um longo período.

O aquecimento da demanda levou a Vale do Rio Doce a apresentar resultados recordes ao final do terceiro trimestre de 2003. Em setembro do ano anterior o lucro líquido da companhia foi de R\$ 3,717 bilhões, o segundo maior já registrado pela companhia. No igual período do ano de 2001 o lucro havia totalizado R\$ 502 milhões. A geração de caixa evoluiu 39,1%, de R\$ 2,615 bilhões em setembro de 2002 para R\$ 3,637 bilhões no mesmo mês do último ano.

Capítulo 9 – A questão do minério de ferro exportado à China pela Vale

Uma questão de destaque

São inúmeras as variáveis que influenciam o comércio internacional, as quais dotam as relações comerciais entre os *traders* mundiais de uma complexidade cada vez maior. Circula pelo mundo uma gama de produtos das mais diversas naturezas, sejam eles agrícolas, de tecnologia, recursos energéticos, matérias-primas, serviços, bens de consumo entre muitos outros.

Sem mencionar os mais variados instrumentos de políticas comerciais expressos através de práticas protecionistas, salvaguardas, barreiras tarifárias e não tarifárias (fito-sanitárias, ecológicas, certificações, burocracia), impostos e quotas de importação ou subsídios que acabam por contribuir para que os *players* tenham que despender mais tempo e recursos visando garantir o desfrute das vantagens proporcionadas pelo facilitado comércio internacional contemporâneo.

Em um passado recente intensificou-se ainda o uso de instrumentos financeiros cada vez mais abstrusos - com destaque para os derivativos – em função da globalização financeira, que adicionam um teor ainda mais entroncado às negociações comerciais mundiais.

Em meio a esse cenário dinâmico, de difícil compreensão e que demanda muitos estudos e análises, a relação comercial estabelecida entre a Cia Vale do Rio Doce e a China em função da comercialização do minério de ferro foi escolhida na tentativa de ilustrar como as variáveis, a diversidade de produtos, as práticas comerciais e a globalização, descritas nos parágrafos acima, geram impactos significativos nas economias mundiais.

Valendo ressaltar que estamos tratando de duas grandes potências emergentes como Brasil e China, as quais possuem potencial para influenciar a economia mundial como um todo, inclusive chegando a ameaçar a temida hegemonia norte-americana.

A Vale e a China

Em meados da década de 70, a Vale do Rio Doce consolidou a posição de maior exportadora de minério de ferro do mundo. Além de suprir a crescente demanda do mercado doméstico, em 1978 chegou, pela primeira vez, à China.

O crescimento econômico rápido e sustentado da China nos últimos vinte anos, que em 2002 atingiu um PIB de US\$ 1,23 trilhão, é um fator de atração para as

empresas brasileiras, tanto para investimentos quanto para o comércio. O Brasil tem potencial para fornecer diversos produtos aos 1,3 bilhão de chineses, uma vez que está entre os maiores exportadores agrícolas do mundo e tem uma indústria diversificada. É, por exemplo, um expressivo exportador de aviões, por meio da empresa Embraer, que tem investimentos na China.

O lucro líquido da Vale do Rio Doce nos primeiros nove meses do ano de 2005 cresceu 58,24% em relação ao mesmo período do ano passado e atingiu R\$ 7,806 bilhões. A receita de crescimento foi baseada em recordes nas vendas de minério de ferro e pelotas, potássio, e manutenção de um patamar elevado de investimentos. A Europa adquiriu 19,375 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas, o equivalente a 30,3% do total. A China, principal compradora da Vale, foi responsável por 14,852 milhões de toneladas, o equivalente a 23,2% do total.

A crescente demanda chinesa por aço moldou o mercado global nos últimos anos, fazendo os preços mais que duplicarem, chegando a um ápice de US\$ 700 por tonelada em agosto de 2004, contra US\$ 300 em janeiro de 2003. Há menos de um ano atrás, os produtores de aço do mundo estavam lutando para suprir a demanda voraz da China por um metal que construiu os alicerces de sua economia em acelerada expansão.

Hoje o mundo enfrenta um superabastecimento de aço, enquanto a demanda do país mais populoso da Ásia e de economias em desaceleração no resto do mundo esfria, provocando uma ampla queda nos preços, temores de um excedente duradouro e a possibilidade de que a China avance para se tornar um exportador líquido de aço nos próximos anos.

O poder do mercado da siderurgia

Seguem abaixo, em ordem cronológica, alguns trechos retirados de artigos publicados pela Gazeta Mercantil, pela Folha de São Paulo e pelo jornal O Globo relativos aos mercados de siderurgia chinês e brasileiro:

25 de fevereiro de 2005 – “China se queixa de reajuste da Vale” – “O contrato de venda de minério de ferro a preços até 71,5% mais altos fechado entre a Vale do Rio Doce e a siderúrgica japonesa Nippon Steel repercutiu por toda a Ásia ontem e serviu para estabelecer na China um novo patamar de preço do minério. As maiores siderúrgicas chinesas, como a Baosteel e a Kunming Iron & Steel, estão neste momento negociando com seus fornecedores, e analistas financeiros da região acham que as empresas seguirão os mesmos acordos de preços. (...)”

O jornal do Partido Comunista “People’s Daily” informou ontem que os preços do aço continuarão subindo este ano na China devido à pressão dos preços e à tentativa de recomposição de margens permitida pelo superávit na balança comercial de produtos siderúrgicos da China, de cerca de dez milhões de toneladas. Só este ano, os preços do aço no país já subiram 4%, em média. (...)

Em 2004, ponderam analistas asiáticos, após as siderúrgicas japonesas terem aceitado aumentos médios de 19% nos preços do minério de ferro, as companhias chinesas seguiram o mesmo caminho. A China é maior produtor mundial de aço e o maior importador de minério de ferro do mundo. Ano passado, ela comprou 37,6% de suas necessidades da matéria-prima da Austrália, 24,1% da Índia e 22,1% do Brasil.

Outra prova apontada pelos especialistas chineses de que as margens de lucro devem ser reduzidas este ano foi a desistência das siderúrgicas Kunming e Baosteel de lançarem papéis nas bolsas ainda em 2005. As empresas negam terem desistido oficialmente dos lançamentos, afirmando terem apenas “adiado as operações por tempo indeterminado”.

Apesar das críticas das siderúrgicas, a Vale fechou ontem acordos de reajuste de 71,5% com dois clientes: China Steel Corporation, a maior siderúrgica de Taiwan, e a australiana Blue Scope Steel. (...)

Xangai (China), 25 de maio de 2005 – “Chinesa Baosteel diz que manterá preços estáveis” – “A Baoshan Iron and Steel (Baosteel) vai manter estáveis os preços de seus principais produtos de aço no terceiro trimestre, informou ontem a maior siderúrgica da China, apesar da queda nos mercados do metal desde o início de abril. Mas analistas afirmaram que a Baosteel pode ser forçada a reduzir seus preços no quarto trimestre para refletir os cenários internacional e doméstico mais fracos nos últimos dois meses. (...)

A gigante do aço ajusta seus preços uma vez por trimestre. A empresa elevou os preços de seus principais produtos em 10% no segundo trimestre, depois de reajuste de 11% nos três primeiros meses do ano. Os aumentos refletiram demanda em alta e preços globais maiores até março, disseram analistas.”

Hong Kong, 7 de junho de 2005 – “Usinas chinesas adiam importação de minério” – “As siderúrgicas da China, maior produtora mundial de aço, estão adiando a recepção de embarques de minério de ferro devido ao recuo nos lucros pelo excesso de capacidade e também à desaceleração da economia mundial. As quedas acentuadas nos preços dos produtos siderúrgicos domésticos levaram as usinas chinesas a adiar a

importação de minério de ferro vindos do Brasil e da Austrália, disseram ontem operadores do mercado. (...)

As principais minas que fornecem minério de ferro à China incluem as operadas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), pela Rio Tinto e pela BHP Billiton. Os preços para os contratos de 2005 subiram 71,5%, a partir de abril.

As gigantes siderúrgicas chinesas Baoshan Iron and Steel, Wuhan Iron and Steel e Angang New Steel lideram um setor lotado, com centenas de usinas. A produção chinesa de aço bruto cresceu 25% nos primeiros quatro meses de 2005, para 105,94 milhões de toneladas, a despeito das medidas tomadas pelo governo local para desaquecer o setor.

Para tornar o mercado ainda mais pessimista, os estoques de minério que aguardam nos portos chineses estão altos, estimados entre 30 milhões e 40 milhões de toneladas depois da alta de 28% nas importações, para 87,55 milhões de toneladas, nos primeiros quatro meses do ano.”

Pequim, 5 de julho de 2005 – “Os preços do aço praticados na China, maior produtor e consumidor mundial do metal, começaram a subir, em um momento em que o empenho do governo chinês em restringir os empréstimos para os setores imobiliário e siderúrgico reduziram a oferta do metal. "A recuperação mostra que as restrições impostas pelo governo nos últimos meses estão tendo efeito", disse Xie Qihua, a presidente do conselho administrativo da Baoshan Iron & Steel, a maior fabricante chinesa da liga.”

Pequim, 12 de julho de 2005 – “China importa menos em junho” – “A China comprou 130 milhões de toneladas de minério de ferro no primeiro semestre do ano, 34,3% acima das importações de igual período de 2004. As importações chinesas em junho foram de 20,7 milhões de toneladas, cerca de 5% a menos do que em maio e 14% abaixo de abril.

Analistas esperam que a demanda doméstica por minério de ferro caia nos próximos meses, devido ao enfraquecimento dos preços do aço

A China, cuja economia superou as expectativas ao crescer 9,4% no primeiro trimestre, tenta desaquecer a expansão para aplacar a alta dos preços das matérias-primas e desacelerar a inflação. A China informou que proibiria as siderúrgicas estrangeiras com produção inferior a 10 milhões de toneladas anuais de construir usinas no país. (...)

A expansão da produção e a queda dos preços desencadearam especulações de que a China poderá elevar suas exportações de aço. "O aumento dos preços ocorre em nível nacional", disse Qi Xiangdong, vice-presidente do conselho administrativo da Associação Chinesa de Ferro & Aço."

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2005 – “A Vale do Rio Doce prevê uma disputa ainda mais acirrada para a definição do reajuste do minério de ferro” – “Este ano, a companhia reajustou os preços do produto em 71,5%, em acordo fechado com siderúrgicas nacionais e estrangeiras. A demanda aquecida por minério de ferro, em especial a da China, foram os fatores que propiciaram o aumento. Na avaliação da Vale, a demanda pelo produto continua aquecida com o dinamismo da economia mundial e da indústria siderúrgica. (...)

Segundo a companhia, as importações chinesas de minério de ferro superaram a marca dos 198 milhões de toneladas de janeiro a setembro, o que representa todo o volume importado ao longo do ano de 2004.

A demanda aquecida ganha fôlego com o crescimento da economia chinesa, que tem se mantido no patamar de 9% ao ano, e de investimentos em ativos fixos na faixa dos 27%. (...)

O aumento dos preços do minério de ferro tem impacto sobre os preços do aço e de produtos acabados, o que acaba tendo impacto sobre a inflação.”

No período destacado, de aproximadamente nove meses, foi possível observar o poder que oscilações no preço do aço exercem sobre o mercado mundial. Exportadores e importadores de minério de ferro, vendedores e compradores de aço, o mercado de ações, todos esses agentes integrantes da economia mundial sofrem o impacto das freqüentes variações no preço desse metal.

Quando do início do processo de regulamentação de salvaguardas que o Brasil pretende adotar contra as exportações da China para a proteção da indústria, temia-se a possibilidade de surgirem conseqüências para outros setores produtivos nacionais. A China poderia reagir contra as exportações brasileiras do complexo de soja e minério de ferro – atualmente responsáveis por cerca de 50% da fatia das exportações brasileiras para o mercado chinês.

No processo de salvaguardas a punição para os produtos chineses é a aplicação de tarifas mais elevadas de importação no Brasil, ou adoção de cotas para a entrada de mercadorias no país. Conseqüentemente, caso a China constate que está sendo

prejudicada, terá liberdade para adotar o mesmo procedimento em relação ao Brasil, ou substituir as compras de produtor brasileiros por produtos de outra origem – o que, todavia, ainda não aconteceu.

Os produtos chineses sujeitos a salvaguardas são os têxteis, componentes para telefones celulares, ferramentas, químicos, aparelhos para áudio e calçados esportivos entre outros.

A respeito das salvaguardas e das reivindicações das diversas indústrias, em declaração ao Jornal O Globo em 14 de setembro de 2005, a ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff alegou: “Se destinarmos salvaguardas para tudo, estaríamos comprometendo a balança comercial. A China é um dos principais pela manutenção da demanda na economia internacional, principalmente em energia, mineração e soja. Não se pode deixar de considerar efeitos indiretos da economia chinesa.”

A declaração da ministra pode ser vista como mais uma corroboração do fato que qualquer ação econômico-política realizada no âmbito comercial mundial por *traders* de peso, como Brasil e China, gera impactos que transcendem o contexto no qual está sendo aplicada.

Perspectivas para a siderurgia

Diante do cenário de demanda ainda aquecida por aço na Ásia e considerando também as expectativas de crescimento econômico em outros mercados importantes como EUA e Europa, os preços internacionais das diversas *commodities*, inclusive o aço e os insumos relacionados à sua produção sofreram forte evolução nos últimos anos.

O receio de que os preços do aço tenham encontrado sua alta máxima e, conseqüentemente, venham a ingressar em movimento de queda representativa de preços no curto prazo, tem sido assinalado por alguns agentes do mercado.

Vale realçar a tendência do novo movimento de consolidação do setor siderúrgico mundial, evidenciado um processo de fortalecimento organizacional, com conseqüente aumento do poder de barganha das siderúrgicas nas discussões de preços de insumos e dos produtos.

O fato é que o deslocamento da produção siderúrgica de países desenvolvidos para países emergentes é uma tendência que vem se concretizando em função da obsolescência das indústrias desses países.

A demanda por minérios tem se mantido forte, principalmente no mercado internacional, onde se destaca a participação de pedidos da China. A Vale do Rio Doce

está entre as três principais exportadoras brasileiras de minério para este país. O câmbio pouco valorizado prejudica a companhia, uma vez que ela exporta cerca de 90% da produção.

A demanda pelo minério de ferro deve se sustentar forte nos próximos anos, em função do crescimento da produção siderúrgica no mundo. A Vale do Rio Doce possui contratos de longo prazo, entre quatro ou cinco anos, com a China.

A China continuará como um comprador importante, pois o país tem aplicado muito em capacidade de produção e, para tanto, necessita de minério de ferro de qualidade, segmento onde a Vale do Rio Doce se destaca. A expectativa da empresa para o ano de 2005 era de responder por 75% da demanda chinesa no Brasil.

Em dezembro de 2003 ocorreu a assinatura do contrato de fornecimento de minério de ferro para a Shanghai Baosteel Group Corporation, a maior produtora de aço da China. O acordo é de longo prazo e prevê o fornecimento de uma quantidade crescente do minério até atingir o montante de 20 milhões de toneladas anuais em 2010. Assim, a siderúrgica chinesa se torna uma das três maiores clientes da Vale do Rio Doce, atrás da francesa Arcelor e da coreana Posco.

Desta forma, a visão continua positiva para o setor, no curto prazo, e acredita-se que, transposto este pessimismo do mercado acionário global, as principais ações das empresas siderúrgicas voltarão ao seu ritmo de valorização no mercado acionário mundial.

Capítulo 10 – O futuro do comércio internacional e o posicionamento das economias brasileira e chinesa

Perspectivas futuras para os mercados emergentes: Brasil e China

As relações comerciais sino-brasileiras podem ser caracterizadas pelo conceito de parceria estratégica no relacionamento dos dois países. O ingresso da China na OMC e sua participação em zonas de livre comércio geraram impactos sobre o comércio Brasil-China.

O Itamaraty defende o comércio entre os países em desenvolvimento, como uma alternativa complementar ao comércio com as grandes potências como os Estados Unidos e a União Européia, que em 2003 responderam respectivamente por 23,12% (US\$ 16,9 bilhões) e 25,26% (US\$ 18,4 bilhões) das exportações brasileiras.

Além disso, a aproximação com a Ásia, em especial com a China, tem sido apresentada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma das prioridades de seu governo.

Pode também ser preocupante o fato de que o Brasil não tem muito a oferecer à China, e também à Coreia, além de commodities. Há perigo de o Brasil se tornar fornecedor de matéria-prima e importador de produtos de maior valor agregado, relação que pode trazer prejuízos para o país – como já ocorreu em relação ao Japão em passado recente. Tal preocupação pode ser corroborada através da recente declaração do empresário He Jianzeng, presidente da China Minmetals Corporation, líder no mercado de mineração e siderurgia da China: "Para manter o ritmo de crescimento econômico, que durante anos chegou a 9%, a China cria uma enorme demanda por ferro e aço, e vê no Brasil um grande fornecedor de matéria-prima". Os chineses têm interesse em comprar matéria-prima e vender manufaturados, que são os setores que empregam intensivamente.

Apesar desse crescimento, a expansão econômica da China não se traduziu em aumento relativo das exportações brasileiras para a Ásia. Conforme a tabela¹⁵ a seguir composta pelas exportações brasileiras por regiões compradoras, pode afirmar que a divisão se manteve praticamente estável:

¹⁵ Tabela composta por dados extraídos do artigo Potencial do comércio Brasil/Ásia divide analistas Alexandre Mata Tortoriello de 17 de novembro, 2004 disponibilizado pelo *website* www.bbc.co.uk

	1993	2003
EUA	20,72%	23,12%
UE	27,15%	25,26%
Ásia	15,85%	15,98%
outros	36,28%	35,64%

Portanto há correntes que acreditam que o Brasil possui um otimismo exagerado quando se trata das relações com a China, dado que os chineses priorizam seus interesses e encontram-se em situação privilegiada no mundo globalizado para tanto.

A China possui uma economia em rápida expansão. Com um PIB crescendo a uma média de 9,5% ao ano, as previsões são de que a necessidade chinesa por recursos energéticos deve aumentar em 150% até o ano de 2020. Com isso, visando garantir certa segurança nas questões referentes ao abastecimento de energia, a China vêm diversificando suas fontes de fornecimento de recursos energético.

Desde as reformas econômicas de 1979, que incluíam a abertura de zonas comerciais nas províncias costeiras, o aumento de investimentos estrangeiros, a liberalização do comércio e do mercado agrícola e a privatização de estatais, a China apresenta uma expansão rápida e regular de seu PIB. Entre 1980 e 2002, o PIB real chinês apresentou um crescimento anual médio de 9,5%. No mesmo período, as exportações saltaram de 20 bilhões para mais de 300 bilhões de dólares. Para 2005, economistas esperam um crescimento do PIB real em torno de 9,0%, o que representa uma queda frente ao crescimento de 9,5% apresentado em 2004.

O país foi o segundo maior consumidor de produtos petrolíferos em 2004, apresentando uma demanda total de 6,5 milhões de barris por dia, tendo ultrapassado o Japão, ficando atrás, portanto, somente dos Estados Unidos da América. A projeção da demanda chinesa por petróleo para 2025, caso o país continue na atual trajetória de crescimento, alcança 14.2 milhões de barris por dia, sendo 10.9 milhões importados. Nesse sentido, a demanda chinesa torna-se um fator chave para os mercados mundiais de petróleo.

Com crescentes necessidades energéticas, em 1993, a China passou da categoria de país exportador de petróleo para importador. Como consequência, há alguns políticos chineses que acreditam que o petróleo não mais pode ser considerado fonte de influência na política internacional, mas sim uma fonte de vulnerabilidade que poderia submeter o país a pressões externas não desejadas.

O volume do comércio bilateral atingiu a média US\$ 1,398 bilhões na década de 90, o que representou um aumento de 88,13% em relação à década anterior. A participação da China na corrente de comércio total do Brasil caiu de 7,52% na década de 80 para 1,71% no decênio posterior. No entanto, o volume das transações comerciais entre Brasil e China vem evoluindo rapidamente e a China tornou-se recentemente o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia. Há ainda enormes potencialidades comerciais a serem exploradas.

A partir de 1990 Xangai ergueu inúmeros arranha-céus os quais simbolizam uma respeitável competência para mobilização de trabalhadores e capital capaz de triplicar a renda per capita em uma geração e tirar 300 milhões da pobreza.

Poucas vezes a ascensão um país relativamente pobre como a China, foi observada com tanto alarmismo. A era do pós-guerra viu milagres econômicos no Japão e na Coreia do Sul, porém nenhum desses dois países era suficientemente populoso para puxar a economia mundial ou ameaçar a polarização econômica mundial.

A China está traçando um caminho singular e sustentado crescendo a vultosos 9,5% ao ano. Dada sua população jovem, o alto nível de poupança e o enorme atraso que precisa eliminar, muitos economistas calculam que o país ainda dispõe de fundamentos para continuar crescendo na faixa de 7% a 8% por décadas.

A China continuará predominante em manufatura de massa e é um dos poucos países que está investindo bilhões de dólares na construção de fábricas nos setores eletrônico e de indústria pesada.

A fim de ilustrar o temor em relação ao avanço chinês, vale fazer menção à reportagem publicada pela Revista Época, em 29 de agosto de 2005, intitulada “De volta aos negócios da China” - “A visita do presidente Hu Jintao a Bush marca o retorno da política externa dos EUA à preocupação com o crescimento do poderio chinês”.

Em trecho destacado da reportagem: “O recado é claro. Os EUA aceitam que a China se proteja e seja capaz de se tornar uma potência regional. Mas, em consonância com a nova doutrina estratégica americana, não querem nem ouvir falar da possibilidade de alguma nova potência se aproximar de seu poderio militar.”, o que reflete a preocupação das autoridades norte-americanas em relação ao crescimento chinês, país que detém “o maior contingente militar do mundo, na casa dos 2,3 milhões de homens”, conforme dados publicados na mesma reportagem.

Esse receio é compreensível, contudo as potências consolidadas mundiais talvez tenham de aprender a abrir espaço para China em certas dimensões, como mercado consumidor, investidores, produtores e usuários de energia e de *commodities*.

Apesar de hoje desfrutar de enormes vantagens, é aconselhável que a China não dê como certo seu papel de nova superpotência. Com a rápida elevação dos salários, especialmente em áreas especializadas, a vantagem da mão-de-obra barata não durará para sempre. A China ainda não criou empresas que reúnam todas as funções, desenvolvendo, produção e venda de produtos de alta qualidade.

Sua taxa de crescimento de 9,5% em 2004 revela-se menos notável quando consideramos que US\$ 850 bilhões - metade do PIB - foram injetados em setores já saturados, como aço e veículos. Além do fato de que cerca de dois terços das 1.300 empresas chinesas com ações em bolsa não recuperam seu verdadeiro custo de capital.

Nas próximas décadas, a China poderá desestruturar setores econômicos, contingentes de mão-de-obra, companhias e mercados de tais maneiras que nós hoje mal começamos a antever, o que colocará à prova o comprometimento dos EUA para com o sistema de comércio mundial, e abalará sua confiança.

A China e o Brasil são os maiores países em desenvolvimento situados respectivamente nos hemisfério leste e oeste. Através de esforços conjuntos dos governos e povos dos dois países, a parceria estratégica sino-brasileira terá mais avanço no século XXI e apresentará perspectivas ainda mais positivas da cooperação.

Capítulo 11 - Conclusão

“Todos sabem que um pouco de comércio internacional é benéfico – ninguém insinuaria que a Noruega devesse plantar suas próprias laranjas. No entanto, muitos são céticos em reconhecer os benefícios do comércio de produtos que um país poderia produzir para si mesmo. (...) A noção mais importante de todas as economias internacionais deve ser a idéia de que existem ganhos originados no comércio – isto é, que quando os países vendem produtos e serviços uns aos outros, isto quase sempre ocorre em benefício mútuo. A variedade de circunstâncias sob as quais o comércio internacional é benéfico é muito maior que o que a maioria das pessoas reconhece. (...)”¹⁶

A partir do trecho exibido acima podemos afirmar que participar do comércio internacional confere vantagens a um país, a despeito das fagulhas recebidas das crises dos demais países, dos reflexos na Balança de Pagamentos ou ainda das ameaças à indústria nacional. Sem contrariar essa afirmação, ao analisarmos a questão do minério de ferro exportado pelo Brasil – pela CVRD – à China, somos capazes de enumerar vantagens para ambas as nações emergentes.

A mais evidente proficuidade seria o fato de que, ao passo que a maior exportadora mundial de minério de ferro e terceira maior mineradora do mundo em valor de mercado garante escoamento de parcela significativa de sua produção, tendo na China seu maior mercado, a siderurgia chinesa conta com o fornecimento de matéria-prima (minério de ferro) necessária à produção do aço, metal que teve papel preponderante no direcionamento da China rumo ao posto de potência emergente.

Chega a parecer simples dito desta forma, entretanto vale lembrar que são inúmeras as variáveis envolvidas no processo de negociação, de conquista de parceiros, de transposição de barreiras, de atendimento às restrições regulamentadas pela OMC, para citar apenas alguns exemplos que foram debatidos ao longo desse projeto.

Somadas a esses obstáculos, incertezas relativas a adversidades econômicas, como uma taxa de câmbio desfavorável, políticas traduzidas por divergências ideológicas entre chefes de estado, ou ainda institucionais, expressas por alterações no sistema financeiro internacional, contribuem para rebuscar ainda mais o mecanismo do comércio internacional.

¹⁶ Krugman; Obsfeld. Economia Internacional. Teoria e Prática. 5ª Edição – SP – Pearson Education do Brasil, 2001

Face à globalização financeira, a qual impacta diretamente no rumo das negociações comerciais mundiais, vale conferir destaque à “ “arquitetura” financeira futura”, (...) cuja “única certeza é que, embora os grandes países avançados possam estar à vontade com taxas de câmbio flutuantes e mobilidade de capitais internacionais, os países em desenvolvimento não parecem ter qualquer alternativa satisfatória.”¹⁷ – perfil no qual se enquadram os países foco desse projeto. “Um bom palpite é que os próximos anos serão testemunhas de experimentações consideráveis, com muitos esquemas diferentes de reforma global e países em desenvolvimento isolados tentando uma variedade de métodos – taxas de câmbio flutuantes (como no México e no Peru), controles de capital (como na China e na Malásia), conselhos monetários (como na Argentina e em Hong Kong) e talvez até abolição de moedas nacionais e a adoção do dólar ou do euro para transações internas. Mas ninguém arrisca qualquer palpite sobre se ou quando surgirá uma arquitetura coerente a partir dessa arena livre para todos.”¹⁷

Atualmente a economia chinesa se tornou uma verdadeira locomotiva da economia mundial, responsável por um intenso intercâmbio e trocas comerciais e financeiras com as economias industrializadas do Ocidente. O Brasil se insere nesse mecanismo através da importação e exportação de variados produtos, conforme descrito no Capítulo 6 em uma parceria que promete ser promissora, dado que o Brasil já é o maior parceiro comercial da China na América Latina há vários anos consecutivos, e a China também se tornou um dos dez maiores mercados para a exportação brasileira.

O Brasil e a China, como dois gigantes do mundo em desenvolvimento, desde a formalização das relações diplomáticas em agosto de 1974, caracterizam o seu relacionamento pelo diálogo e pela cooperação. Em um sistema internacional ainda marcado pelo conflito ideológico, os dois países logo puderam perceber através de suas lideranças maiores que ambos pautavam suas relações por princípios e ações que apresentavam intenções convergentes no plano da política internacional.

A grande parceria estratégica entre essas duas nações visa assegurar a cooperação para fazer frente à globalização, o que fará desta relação um dos eixos de concentração política que promete tentar modificar a ordem econômica mundial.

A economia mundial neste começo de século XXI parece encontrar-se rodeada por problemas intimamente conhecidos: crise e desenvolvimento alternam-se na expectativa de nações e povos do mundo inteiro. Para a China e para o Brasil, como

¹⁷ Krugman; Obsfeld. Economia Internacional. Teoria e Prática. 5ª Edição – SP – Pearson Education do Brasil, 2001

para o conjunto dos demais países do mundo, acredita-se que os próximos anos representarão um período crucial para a expectativa de seu desenvolvimento futuro.

Bibliografia

- Gremaud; Vasconcellos; Toneto. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo. Ed. Atlas. 4ª Edição. 2002.
- Gonçalves; Bauman; Prado; Canuto. **A nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira**. 5ª Tiragem. Ed campus. 1998
- Krugman; Obsfeld. **Economia Internacional**. Teoria e Prática. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2001.
- www.ibs.org.br
- www.sinaferr.com.br
- www.geologo.com.br
- www.acionista.com.br
- www.aefinanceiro.com.br
- www.cvrld.com
- www.mre.gov.br
- Jornal O Globo
- Revista Veja
- Gazeta Mercantil
- Jornal Valor Econômico
- Folha de São Paulo